



República de Angola
MINISTÈRIO DA JUVENTUDE E DESPORTOS

PLANO ESTRATÉGICO 2012-2017

DO SECTOR DA JUVENTUDE

LUANDA, JUNHO DE 2012

SIGLAS e ACRONIMOS

ATV	Aconselhamento e Testagem Voluntária
CAP	Comportamentos, Atitudes e Práticas
CATV	Centro de Aconselhamento e Testagem Voluntária
CI	Cuidados da Infância
CIP	Comunicação Inter Pessoal
CNJ	Conselho Nacional da Juventude
COJV	Crianças Órfãs e Jovens Vulneráveis
EP	Educador de Pares
FFOC	Forças, Fraquezas, Oportunidades e Constrangimentos
IBEP	Inquérito sobre o Bem-Estar da População
IEC	Informação, Educação e Comunicação
INAB	Instituto Nacional de Bolsas
ITS	Infecções de Transmissão Sexual
INLS	Instituto Nacional de Luta contra SIDA
JIRO	Juventude Informada, Responsável e Organizada
MED	Ministério da Educação
MINFIN	Ministério das Finanças
MINJUD	Ministério da Juventude e Desportos
MINSA	Ministério da Saúde
NU	Nações Unidas
OGE	Orçamento Geral do Estado
ONG	Organização Não Governamental
PE	Plano Estratégico
PEN	Plano Estratégico Nacional
Projecto HAMSET	Projecto de Controlo do VIH/SIDA, Malária e Tuberculosa
PVVS	Pessoas Vivendo com o VIH/SIDA
SIDA	Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
SSR	Saúde Sexual e Reprodutiva
TPA	Televisão Pública de Angola
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para Infância
UNFPA	Fundo das Nações Unidas para População
VIH	Vírus de Imunodeficiência Humana

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	4
1. APRESENTAÇÃO RESUMIDA DO MINJUD	7-8
II. O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO PE	9
III. ANÁLISE DA SITUAÇÃO	9-12
IV. ANÁLISE DA RESPOSTA	12-29
4-1. Características do Grupo Alvo	13
4-2. Visão e Valores	13-14
4-3. Análise do Contexto	14-20
4-4. Opções Estratégicas	20-22
4-5. Eixos Temáticos	23-27
4-6. Meta e Objectivos	28
4-7. Parceiros de Implementação	28-29
V. COORDENAÇÃO, MONITORIA E AVALIAÇÃO	29-31
5-1. Coordenação	29-30
5-2. Monitoria e Avaliação	30-31
LÓGICA DE INTERVENÇÃO	32

AGRADECIMENTOS

O Ministério da Juventude e Desportos manifesta a sua gratidão a todos que providenciaram a sua disponibilidade para contribuir para o processo de desenvolvimento e finalização do presente Plano Estratégico.

Em particular, o Ministério agradece a todos os parceiros, nomeadamente os departamentos ministeriais, associações juvenis e organizações da sociedade civil, que se envolveram nas abordagens das temáticas e que deram o seu contributo para que este Plano fosse construído e concluído.

As contribuições a todos os níveis foram valiosas e a profundidade dos debates reiteraram a necessidade de um Plano como este, como um instrumento integral de resposta a problemática do VIH e SIDA e o desenvolvimento das abordagens sobre as habilidades para a vida dos adolescentes e jovens.

Este processo já terminado, é o resultado de um trabalho de cerca de um ano, realizado em quatro etapas, nomeadamente:

- 1- Avaliação rápida do Plano Estratégico 2005- 2010 do sector para o combate ao Sida;
- 2- Consulta de documentos chaves produzidos pelo sector e por instituições internacionais sobre planificação estratégica e questão da juventude;
- 3- Workshop de consulta realizado no dia de Fevereiro de 2012;
- 4- Constituição, na fase final do processo de Plano Estratégico, de uma equipa técnica composta por representantes do MINJUD, INLS, UNICEF, UNFPA e a consultora, sob a coordenação da Direcção Nacional da Juventude, para o desenvolvimento da Matriz de Planeamento.

A elaboração deste Plano, só foi possível pelo apoio técnico da UNICEF e FNUAP e a sabia orientação da Dra. Zora, Consultora contratada para desenhar e concretizar este Plano.

Um profundo reconhecimento e gratidão vai para toda a equipa técnica que construiu este trabalho, incluindo certamente o nosso colega Pedro de Almeida, que já não está entre nós, porque o destino assim o quis, mas que jamais nos esqueceremos dos seus passos e ideias, que, indubitavelmente contribuíram para o presente trabalho.

O MINISTÉRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO

Angola é um país com uma população maioritariamente jovem. Tendo em conta esta base, atribui uma importância particular a juventude, atendendo a sua dinâmica sociocultural, político-económica, o seu vigor como recurso humano activo, à necessária perpetuação e reprodução social, a sua grande capacidade de inovação, transformação e modernização do país.

Á luz do Artigo 81º, a Constituição Angolana confere que os jovens gozam de protecção especial para a efectivação dos seus direitos económicos, sociais e culturais. Neste sentido, existe uma proposta de Lei da Juventude que estabelece os princípios gerais da Política do Estado para a Juventude, nomeadamente:

- a) O princípio da qualidade de vida, que assegura aos jovens de forma individual e colectiva, o seu bem-estar social;
- b) O princípio da participação, que consiste no envolvimento e participação dos jovens na concepção, execução e acompanhamento das políticas para juventude;
- c) O princípio do respeito, que consiste na obrigação dos jovens respeitar a constituição, as leis, os símbolos nacionais, bem como as instituições legalmente constituídas;
- d) O princípio da solidariedade que constitui uma premissa de sobrevivência da humanidade em que os jovens, individualmente ou em grupos, organizam-se no sentido de participarem e promoverem acções de solidariedade social;
- e) O princípio da cooperação e de amizade que consiste no estabelecimento de relações de cooperação e de amizade entre jovens e instituições nacionais e internacionais;
- f) O Princípio da Transversalidade que traduz o dever de solidariedade institucional entre as instituições públicas que executam as políticas e programas juvenis, com vista a materialização dos interesses da juventude.

Decorridos 10 anos de paz, o país tem alcançado elevados índices de crescimento económico, o que perspectiva uma situação económica e social estável para a sua população, com realce para a inserção integral da juventude, avançando assim, rapidamente para o alcance dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, na temática juventude.

Com base no Programa do Governo 2005 – 2012 e como premissa de consolidação de uma Política de Estado para a Juventude, o MINJUD desenvolveu em Outubro de 2011, uma Estratégia de Relançamento do Programa Angola Jovem 2005-2006, apelando a ampla mobilização do Executivo, das Organizações Juvenis e dos Parceiros Sociais para a necessária atenção aos problemas da juventude.

Igualmente, no quadro do processo de descentralização da resposta nacional à epidemia do VIH e SIDA, o MINJUD, com o apoio técnico do Projecto HAMSET (Projecto de Controlo do VIH/SIDA, Malária e Tuberculosa - Ministério da Saúde e Banco Mundial), desenvolveu em Outubro de 2005, o seu Plano Estratégico de Combate ao VIH/SIDA. O referido Plano, tinha por objectivo, contribuir para reforçar e impulsionar as iniciativas do Sector para a resposta nacional à epidemia, alinhando-se principalmente aos Objectivos 1 e 2 do Plano Estratégico Nacional de Combate ao VIH/SIDA (PEN 2003-2008). Passados mais de seis anos, surgiu a necessidade de avaliar o seu grau de implementação, fazer o

balanço dos resultados obtidos, documentar as boas práticas, lições aprendidas e estabelecer novos desafios para o período 2012-2017, baseando-se para o efeito nas políticas e estratégias nacionais traçadas e nas orientações internacionais.

É neste contexto que durante o último trimestre de 2011, o MINJUD, com o apoio da UNICEF e do UNFPA, levou a cabo uma avaliação sobre o grau de realização do Plano Estratégico 2005-2010 de combate ao VIH e SIDA, ao mesmo tempo que decidiu desenvolver um novo Plano Estratégico do Sector no seu todo para o período 2012-2017, tendo em conta que o actual contexto do país requer um maior apoio à juventude na sua preparação para o futuro, colocando à sua disposição as ferramentas indispensáveis para a sua participação na reconstrução e desenvolvimento do país.

O presente **Plano Estratégico 2012-2017** é o resultado consolidado de um trabalho de cerca de um ano, realizado em quatro etapas, a saber:

1. Avaliação Rápida do Plano Estratégico 2005-2010 do Sector para o Combate ao SIDA;
2. Consulta de documentos chaves produzidos pelo Sector e por Instituições Internacionais, sobre planificação estratégica e a questão da juventude;
3. Workshop de Consulta Nacional realizado em Luanda de 28 de Fevereiro a 2 de Março;
4. Constituição na fase final do processo de PE, de uma equipa técnica composta por representantes do MINJUD, INLS, UNICEF, UNFPA e a Consultora, chefiada pela Direcção Nacional da Juventude do MINJUD, para o desenvolvimento da Matriz de Planeamento.

Apresenta-se como um documento curto mas conciso que descreve de forma lógica, o caminho que deverá ser percorrido pelo Sector durante os próximos cinco anos, para dar uma resposta paulatina as aspirações da juventude angolana, baseada numa actuação de carácter intersectorial, de forma coerente e global, com os diversos Sectores da vida pública e da sociedade. Resume-se no seguinte:

1. Beneficiários:

Jovens dos 15 aos 35 anos, no meio Urbano e Rural das 18 Províncias, dando especial atenção as seguintes categorias: Inseridos no mercado informal, Jovens Paradas juvenis, Trabalhadores de Sexo, Reclusos, Jovens que frequentam espaços de convívio onde há álcool, drogas e práticas de desvio social, Criadores de artes, Desportistas e Funcionários Públicos

2. Visão do Sector:

Ser uma instituição modelo com credibilidade para advogar e conduzir a política integral da juventude, que actua pelo cumprimento dos direitos humanos e constitucionais, buscando reconhecimento nacional neste segmento da população.

3. Princípios norteadores e partilhados:

Transversalidade: Actuação de carácter intersectorial, de forma coerente e global, com os diversos Sectores da vida pública e da sociedade, alinhada no compromisso e co-responsabilidade;

Equidade no Género: Disposição para se reconhecer de forma imparcial, o direito de cada um, sem distinção do sexo;

Ética: Atitudes e comportamentos coerentes com a decência pública, a dignidade humana e os valores morais a nortearem todos os princípios, regras, atitudes e comportamentos daqueles que trabalham em prol da juventude;

Profissionalismo: Competência, eficiência, cooperativismo e compromisso, face aos desafios traçados;

Transparência: Democratização do acesso às informações, em sintonia com os princípios de difusão, permitindo amplo conhecimento e visibilidade das acções do Sector;

Legalidade: Actuação conforme a lei, atendendo ao fim maior de todo o ordenamento jurídico, que é concretizar o ideal de justiça.

4. Eixos Temáticos:

- ◆ Suportes Jurídico-legal de Apoio a Juventude;
- ◆ Cidadania e Participação Juvenil;
- ◆ Emprego, Empreendedorismo e Formação Profissional;
- ◆ Desporto, Cultura e Lazer;
- ◆ Desenvolvimento Urbano e Ambiental;
- ◆ Educação e Ensino;
- ◆ ITS's/VIH e SIDA, Saúde Sexual e Reprodutiva, Violência Baseada no Género.

5. Meta do Sector:

Contribuir fortemente para a redução do número de Jovens, dos 15 ao 35 anos, no meio urbano e rural, em situação de precariedade para o seu desenvolvimento saudável, tais como: serem pessoas com necessidades especiais, desempregados ou subempregados, fora do sistema de ensino, com comportamentos nocivos face as ITS's/VIH e SIDA e SSR, por viverem na rua, abandonados pelos seus pais, em conflitos com a Lei e pelo consumo abusivo de substâncias, entre outros. As questões de género constituem o princípio que norteia todas as acções definidas no PE.

6. Objectivos ao médio e longo prazo:

Objectivo 1: Reforço da capacidade institucional do sector

Até 2017, reforçada a capacidade institucional do Sector em termos de Recursos Humanos e Financeiros, Sistemas de Comunicação, Coordenação e Interação com os parceiros sociais, Concepção, Implementação, Monitoria e Avaliação de projectos, por forma a garantir a devida implementação, monitoria sistemática e avaliação periódica do PE 2012-2017.

Objectivo 2: Suportes jurídico-legal de apoio à juventude

Até 2017, aprovados os instrumentos jurídico-institucionais direccionados à juventude, nomeadamente, a Lei da Juventude, a Política do Estado para a Juventude, o Instituto Nacional da Juventude e o Observatório Nacional da Juventude, por constituírem o alicerce de todas as acções levadas a cabo em prol da Juventude.

Objectivo 3: Cidadania e Participação Juvenil

Até 2017, consolidado o associativismo juvenil, através do reforço da capacidade do CNJ e do aumento do número de Associações Juvenis, capazes de contribuir para o desenvolvimento das comunidades em áreas tão distintas como o apoio social, o ambiente, a cultura, o lazer, a saúde preventiva e o desporto.

Objectivo 4: Desenvolvimento de habilidades para a vida

Até 2017, reforçada a capacidade de desenvolvimento de habilidades para a vida entre os Jovens beneficiários das acções no âmbito do PE 2012-2017, através da implementação de projectos integrados que promovem o acesso ao emprego, habitação, educação e ensino, desporto e lazeres e a mudança de comportamento em relação as ITS's/VIH e SIDA, Saúde Sexual e Reprodutiva e Ambiente.

Com essa iniciativa, O Ministério da Juventude e Desportos propõe-se contribuir para a formação de uma nova geração capaz de protagonizar a transformação da sua própria perspectiva de vida e da realidade social da sua comunidade.

Espera-se que a versão final do presente Plano Estratégico seja amplamente disseminada, aprovada e implementada, para que responda com eficiência e eficácia as aspirações da juventude angolana, recomendando-se para o efeito, a urgente revitalização do Fundo de Apoio a Juventude, a constituição de uma equipa de Coordenação, Monitoria e Avaliação ao nível central (CM&A) assim como o estabelecimento de um sistema uniforme de recolha e consolidação de informação a cada nível de implementação.

I. APRESENTAÇÃO RESUMIDA DO MINJUD

O Ministério da Juventude e Desporto (MINJUD) é o Departamento Ministerial Auxiliar do Presidente da República e Chefe do Executivo, responsável pela elaboração, coordenação, execução e fiscalização das políticas juvenil e desportiva do Estado. É dirigido por um Ministro que, no exercício das suas competências, é coadjuvado por Vice-Ministros a quem subdelega parte das funções que lhe competem.

Entre outras atribuições específicas à cada área (juventude / desporto), garante a manutenção das infra-estruturas desportivas e juvenis, assegurando o acompanhamento e fiscalização das respectivas obras, através do desenvolvimento de normas para a gestão do património.

1.1. Principais atribuições:

No domínio da **juventude**, as atribuições resumem-se no seguinte:

- a. Estudar e propor políticas sectoriais, programas e projectos de carácter socioeconómico e cultural, visando a solução dos grandes problemas, anseios e perspectivas da juventude;
- b. Assegurar a coordenação intersectorial na execução dos programas e projectos de apoio à juventude;
- c. Propor ao Presidente da República e Chefe do Executivo a aprovação de Leis ou a revisão da legislação que se mostre inadequada e a adopção de medidas visando a promoção e valorização dos direitos e deveres da juventude;
- d. Promover a cooperação e o intercâmbio sobre questões da juventude com outros países e assegurar a participação angolana nas actividades das instituições juvenis internacionais, incluindo as não governamentais;
- e. Promover e dinamizar o desenvolvimento do movimento associativismo juvenil, visando garantir a sua formação integral e a ocupação salutar dos seus tempos livres.

No domínio do **desporto**, as principais responsabilidades consistem no seguinte:

- a. Desenvolver estratégias de desenvolvimento do desporto;
- b. Orientar e coordenar a actividade desportiva nacional, na sua vertente de rendimento e de recreação;
- c. Assegurar a participação de Angola nas competições desportivas internacionais, criando condições para a preparação de atletas de alto rendimento;
- d. Promover o desenvolvimento do associativismo desportivo, criando condições que assegurem a sua autonomia funcional;
- e. Promover uma efectiva desconcentração e descentralização das responsabilidades na gestão da actividade desportiva;
- f. Apoiar o funcionamento do sistema de formação, superação e especialização dos técnicos desportivos;
- g. Promover o desenvolvimento da medicina desportiva;
- h. Promover a cooperação e o intercâmbio desportivo;
- i. Gerar e disseminar a informação desportiva junto das comunidades em geral e em especial dos jovens, de forma a estimular a prática do desporto.

1-2. Estrutura orgânica:

O MINJUD conta com os seguintes órgãos e serviços:

1. Órgãos Centrais de Direcção Superior (Ministro e Vice-Ministros);
2. Órgãos Consultivos (Conselho Consultivo, Conselho de Direcção, Conselho Superior da Juventude e Conselho Superior do Desporto);
3. Serviços Executivos Centrais (Direcção Nacional da Juventude, Direcção Nacional dos Desportos, Direcção Nacional de Infra-Estruturas);
4. Serviços de Apoio Técnico (Secretário Geral, Gabinete Jurídico, Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística; Gabinete de Inspeção, Gabinete de Intercâmbio, Centro de Documentação e Informação);
5. Serviços de Apoio Instrumental (Gabinetes do Ministro e Vice- Ministros)
6. Tutela e Superintendência (Casa Juventude, Cidadela Desportiva, Piscinas do Alvalade, Casa do Desportista, Instituto de Medicina do Desporto, Fundo de Apoio à Juventude e Desporto, Comissão Nacional da Justiça Desportiva, Comissão Nacional Anti-Doping, Instituto da Juventude, Observatório Nacional da Juventude, Estádios Nacionais e Galeria do Desporto).

1-3. Materialização das Políticas do Sector:

Direcção Nacional da Juventude:

Dirigida por um Director Nacional, a Direcção Nacional da Juventude é o serviço encarregue de propor e implementar as acções para a materialização das políticas e estratégias do Estado no domínio da Juventude, de acordo com o Artigo 11º do Decreto Presidencial nº 292/10 de 2 de Dezembro. Tem a seguinte estrutura:

1. Departamento de Associativismo e Tempos Livres da Juventude;
2. Departamento de Promoção e Participação da Juventude;
3. Departamento de Formação e Informação Especializada para a Juventude;
4. Secção Técnica Administrativa.

Direcção Nacional dos Desportos:

Dirigida por um Director Nacional, a Direcção Nacional dos Desportos é o órgão encarregue da materialização das políticas desportivas do Estado, de acordo com o Artigo 12º do Decreto Presidencial nº 292/10 de 2 de Dezembro. Tem a seguinte estrutura:

1. Departamento do Desporto Federado;
2. Departamento do Desporto de Recreação;
3. Departamento da Formação de Quadros;
4. Secção de Registo e Cadastro das Associações Desportivas.

Direcção Nacional de Infra-Estruturas:

Dirigida por um Director Nacional, a Direcção Nacional de Infra-Estruturas é o órgão encarregue do acompanhamento, gestão e materialização das políticas de construção de infra-estruturas no domínio da juventude e do desporto, de acordo com o Artigo 13º do Decreto Presidencial nº 292/10 de 2 de Dezembro. Tem a seguinte estrutura:

1. Departamento de Infra-Estruturas Juvenis;
2. Departamento de Infra-Estruturas Desportivas.

II. METODOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO DO PE 2012-2017 DO SECTOR

O processo ocorreu de acordo com a seguinte metodologia de trabalho:

- (1) Avaliação Rápida do Plano Estratégico 2005-2010 do Sector para o Combate ao SIDA;
- (2) Consulta de documentos chaves concernentes a juventude;
- (3) Workshop de Consulta Nacional;
- (4) Constituição de uma equipa para o desenvolvimento da Matriz de Planeamento.

2-1. Avaliação Rápida do PE 2005-2010

Durante o processo de avaliação rápida do PE 2005-2010, foram entrevistados técnicos e responsáveis do MINJUD e consultados vários parceiros envolvidos na sua implementação, tendo-se constatado e recomendado o seguinte:

Constatações:

- ◆ No cômputo geral, concluiu-se que a experiência vivida pelo MINJUD, no que concerne a concepção e implementação do referido instrumento de visão e planificação, teve as suas vantagens, pois permitiu alargar o trabalho do próprio sector, envolvendo trabalhadores, desportistas e figuras públicas e consciencializalo sobre a necessidade de transversalidade do tema VIH e SIDA em todos os planos de acções de apoio à juventude;
- ◆ Não obstante, registaram-se diversos constrangimentos na sua implementação devidos essencialmente a fraca funcionalidade da estrutura de coordenação, monitoria e avaliação criada para o efeito;

Principais Recomendações Emanadas do Processo da Avaliação Rápida:

- ◆ A principal recomendação prende-se com o processo de concepção de um PE que deve basear-se na vontade do próprio Sector e constituir uma necessidade para orientar e coordenar as acções a todos os níveis. Para garantir a sua correcta implementação, o PE deve ser concebido de forma realista, tendo em conta as reais capacidades da instituição;
- ◆ Recomendou-se igualmente que o tema do VIH deve ser abordado na transversalidade, ou seja, deve ser parte integrante do Programa do Sector, no seu todo;
- ◆ Por fim, recomendou-se o estabelecimento de uma estrutura de Planificação, Gestão, Monitoria e Avaliação que, além de reforçar a coesão entre os diversos actores envolvidos e a sua adesão ao processo de formação/informação, garante também a efectiva implementação do referido PE.

2-2. Consulta de Documentos:

A consulta de documentos foi uma etapa importante do processo, pois permitiu contribuir para enriquecer e fundamentar o novo documento estratégico. Dentro da pesquisa documental, incluindo a internet, destacam-se as seguintes publicações:

- ◆ Relatórios dos projectos implementados nos últimos 5 anos;
- ◆ Relatório Síntese do Programa Angola Jovem;
- ◆ Política do Estado para a Juventude;
- ◆ Estratégia de Relançamento do Programa Angola Jovem;
- ◆ Programa de Angola de Combate à Pobreza;
- ◆ SADEC – Estratégia de Combate à Pobreza;
- ◆ INLS – Estratégia de Comunicação;

- ◆ CIVICUS – Monitoria e Avaliação de Programas e Projectos;
- ◆ SPONSOR Gestão Estratégica -2008

2-3. Workshop de Consulta Nacional

O Evento que decorreu em regime de retiro de 28 de Fevereiro a 2 de Março de 2012, foi promovido pelo MINJUD com o apoio da UNICEF e do UNFPA com o objectivo de recolher contribuições importantes para a concepção do novo PE e transmitir conhecimentos técnicos em matéria de planificação estratégica. Contou com a presença de 52 participantes, dos quais:

- ◆ Chefes de Departamento e Técnicos do Ministério da Juventude e Desportos;
- ◆ Chefes de Departamentos e Pontos Focais do VIH e SIDA provenientes das Direcções Provinciais da Juventude e Desportos, à excepção das províncias do Cunene e Huambo;
- ◆ Representantes de Associações Juvenis;
- ◆ Representantes de Organizações da Sociedade Civil ligadas à problemática do VIH e SIDA;
- ◆ Representantes das Agencias das Nações Unidas, nomeadamente UNICEF e UNFPA

Este Workshop constituiu um dos instrumentos para o desenvolvimento do Presente PE, permitindo por um lado, apresentar e debater com profundidade a Estratégia de Relançamento do Programa Angola Jovem e, por outro lado, confirmar a recomendação emanada da Avaliação Rápida no sentido de integrar o Tema do VIH no novo PE do Sector. Igualmente, houve unanimidade quanto a integração no novo PE, das temáticas sobre Saúde Sexual e Reprodutiva, Género e Violência baseada no Género, reforçando assim o desenvolvimento de habilidades para a vida dos Jovens.

2-4. Constituição de um Grupo de Trabalho

Para concluir o processo de concepção do PE 2012-2017, foi constituído um pequeno grupo de trabalho MINJUD/INLS/UNICEF/UNFPA/Consultora para o desenvolvimento da Matriz de Planeamento, instrumento que permite a implementação paulatina do PE, sua monitoria sistemática e avaliação periódica.

III. SITUAÇÃO DA JUVENTUDE EM ANGOLA

Em Angola, os pilares de desenvolvimento da juventude podem ser considerados consolidados com a criação do Ministério da Juventude e Desportos que estabelece como alvo principal, a população angolana dos 15 aos 35 anos, por considerar que a juventude é a força impulsionadora do desenvolvimento da sociedade.

Este estrato da população que representa cerca de 49% da população global do País¹, acentua as pressões sobre os sistemas de educação, da saúde, da habitação e do produtivo. Com efeito, embora o Governo de Angola se empenha em acções de ordem económico e social para a melhoria da qualidade de vida da população, os desafios para o acesso da população a estes serviços persistem. Alguns resultados do relatório do INE sobre o Inquérito Integrado sobre o Bem-estar da População (IBEP) para o período de 2008-2009 apresentam o seguinte cenário:

- ◆ 37% da população global está em situação de pobreza (Linha da pobreza: 4,793Kz/mês), devido essencialmente ao baixo nível de educação da maioria dos chefes dos agregados familiares;
- ◆ A taxa global do analfabetismo é de 34%, sendo 50% na população feminina; população é analfabeta.
- ◆ Ao nível nacional, apenas 4% das pessoas concluiu um nível de ensino superior ao primário;
- ◆ Nas zonas rurais, apenas 24% da população tem acesso a centros de saúde públicos no raio até 24 Km, em contraste com uma percentagem de 63% nas zonas urbanas;
- ◆ 88% dos Agregados Familiares vive em habitação inadequada, dos quais 42% em situação de sobrelotação;
- ◆ Os cuidados pré-natais estão mais associados à riqueza, pois que apenas 47% das mulheres fazem as quatro consultas recomendadas;
- ◆ Mais de 50% dos partos ocorrem no domicílio. A proporção de mulheres grávidas mais ricas que recorrem as unidades de saúde é cinco vezes superior a das mulheres pobres.

Os problemas acima mencionados afectam fortemente o comportamento dos jovens e, frequentemente, expõem-nos a condições de risco, violência e desafio às autoridades. O IBEP 2008-2009, revela o seguinte:

1. A proporção da população dos **15 aos 24 anos** que conhece duas das três formas de prevenção (restrição do número de parceiros e uso do preservativo) é de **53%**, mas para as mulheres desta mesma faixa etária, o resultado é de apenas **47%**;
2. Apenas **23%** da população jovem tem conhecimento suficiente para evitar a infecção por VIH;
3. As diferenças de conhecimento entre as áreas urbanas e rurais, são significativas, ou seja, nas zonas urbanizadas **91%** das pessoas já ouviram falar do VIH e SIDA, mas nas zonas rurais, são apenas **66%**;
4. No entanto, relativamente a um nível mais aprofundado de conhecimento sobre a transmissão do VIH, no caso das mulheres grávidas, a situação é preocupante, pois que apenas **5%** conhece as três fases de risco de transmissão vertical.

¹ FONTE: INE, Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População (IBEP) 2008-2009.

Para responder às necessidades mais prementes da juventude, o MINJUD lançou em 2006, o Programa Angola Jovem que promove oportunidades para os jovens em matéria de formação socioprofissional, empreendedorismo, auto-emprego, habitação social, educação para a cidadania e ocupação salutar dos tempos livres. O referido programa tem produzido alguns resultados no domínio do auto emprego (Projecto Kulota), empreendedorismo (Projecto Crédito Jovem), habitação social (construção de 1,652 casa económicas e 500 casas de renda média), associativismo (2 Casas da Juventude e 21 Centros Comunitários), e ocupação dos tempos livres (Projecto Despontar). Com a suspensão do referido Programa, ²urge a necessidade de implementação imediata de uma estratégia para o seu resgate, apelando a ampla mobilização do Executivo, das Organizações Juvenis e dos Parceiros Sociais.

No âmbito da resposta do Sector Público para o Combate ao VIH/SIDA, o MINJUD implementou um conjunto de Projectos, dos quais, os Projectos *MINJUDSIDA* e *JIRO*, assim como o Programa *VIH/SIDA e os Jovens nos Tempos Livres*, constituíram os principais instrumentos de implementação da componente Prevenção do PE do Sector. Contudo outros actores tiveram um envolvimento importante, tais como: ANASO, Conselho Nacional da Juventude, Cuidados da Infância, Rede Nacional de Pessoas Vivendo (RNP+), Grupo de Teatro dos Oprimidos (GTO). A implementação destes projectos permitiu a criação de uma rede de activistas e educadores de pares em todas as províncias abrangidas pelo PE 2005-2010 de resposta ao VIH e SIDA.

Os meios de comunicação de massa, como rádio, televisão e jornais, também têm sido utilizados na disseminação de informação sobre ITS's, VIH e SIDA. Os meios de comunicação de massa com cobertura nacional são operados pelo Governo. Há dois canais na Televisão Pública de Angola (TPA 1 e 2) que transmitem de Luanda para todas capitais provinciais. Há programas voltados exclusivamente para o VIH e SIDA, como o programa semanal Stop SIDA, financiado pelo INLS, e outros que abordam o tema, através de telenovelas, noticiários e *talk shows* (ex.: Janela Aberta, Ecos e Factos, Angola em Movimento etc.). Os dois canais também veiculam anúncios abordando temas como a sensibilização, prevenção e combate ao estigma e discriminação, produzidos pelo INLS.

Com relação a saúde sexual e reprodutiva (SSR), a alínea (b) do Artigo 1º da Declaração de Maseru reconhece a importância de serviços favoráveis aos jovens e apela para a *“intensificação da provisão de serviços de saúde reprodutiva abrangentes, acessíveis e favoráveis para os jovens, homens e as mulheres e que garantam que os artigos de uso essencial estejam disponíveis”*. O Projecto JIRO, apoiado pelo UNFPA tem contribuído fortemente para a promoção entre os Jovens, de atitudes e comportamentos positivos com relação a saúde sexual e reprodutiva. Neste sentido constituiu uma mais-valia em termos de: mobilização social, aconselhamentos, diálogo com Líderes Comunitários, formação de Supervisores, Activistas e Educadores de Pares, produção de material de IEC e uso da Internet para providenciar informação e aconselhamento online aos jovens. Desde 2008, está parado e a escassez de informação adequada sobre a sexualidade e saúde reprodutiva persiste, resultando em gravidezes precoces para as meninas, abortos induzidos e relações sexuais inseguras e instáveis.

Igualmente e com o intuito de compreender melhor os riscos comportamentais entre Jovens em relação ao VIH e SIDA, o Ministério da Juventude e Desportos, com o apoio da UNICEF, realizou este ano, em Luanda, um estudo sobre Riscos Comportamentais entre

² Mensagem a Nação do Presidente da República de Angola, ao 18 de Outubro de 2011

Jovens face ao VIH. Este estudo vem contribuir fortemente para a redefinição de estratégias fundamentadas e focalizadas na redução da vulnerabilidade dos jovens face ao VIH e SIDA. Algumas constatações do referido estudo, descrevem o seguinte cenário:

1. O comportamento de risco que mais se constatou tem a ver com as relações heterossexuais desprotegidas;
2. Os jovens, meninas e rapazes, envolvem-se frequentemente em comportamentos de risco, independentemente do seu nível de conhecimento sobre o VIH e ITS, nível de educação ou das suas condições socioeconómicas; Embora em alguns casos se tenha verificado uma fraca percepção do risco aliada ao conhecimento, a verdade é que a pesquisa demonstrou haver uma fraca motivação para se prevenirem. Por outro lado, a necessidade de afirmação e aceitação junto aos seus pares são factores que aumentam a vulnerabilidade e a exposição ao risco;
3. Depara-se também que, apesar da maioria dos jovens saberem que o uso do preservativo protege contra as infecções sexualmente transmissíveis, incluindo o VIH, há bastante resistência a sua adesão, estando esta resistência associada ao desempenho sexual e as concepções erradas em torno do preservativo. Por outro lado, o acesso regular ao preservativo nem sempre é possível, porque não sabem onde adquiri-los ou por timidez;
4. Registaram-se também situações propensas ao aumento da vulnerabilidade entre os jovens nomeadamente, o elevado consumo de bebidas alcoólicas, uso de drogas e a realização de festas temáticas com apelo a sexualidade, onde estas substâncias são largamente consumidas;
5. A pobreza, falta de oportunidade para estudar, associadas ao desemprego e subemprego, constituem factores que impulsionam a vulnerabilidade dos jovens, particularmente das jovens meninas, que muitas vezes se envolvem em relações sexuais transaccionais como forma de satisfazerem as suas necessidades materiais;
6. Os jovens, principalmente os mais novos e as jovens meninas, que vivem nas ruas, ou cujas famílias encontram-se em tendas aguardando pelo seu realojamento, ou ainda aqueles que vivem junto aos locais caracterizados pelo alto consumo de bebidas alcoólicas e pelo trabalho de sexo (prostituição) encontram-se em situação de vulnerabilidade pois que a sua situação sócio económica torna-os mais expostos ao aproveitamento e abusos (recomendação rede de suporte, emprego, habitação condigna, acesso a educação dando especial ênfase ao ensino secundário e a formação profissional),
7. A escassez de vida associativa em torno de actividades educativas, desportivas e de recreação, assim como o limitado número de espaços de entretenimento comunitários, campos desportivos, contribuem para uma certa alienação social, relegando valores entre si próprios, sem estímulos exteriores sobre comportamentos positivos, com fim à sua realização pessoal.

Não obstante os esforços empreendidos por vários Sectores da vida pública, é preciso admitir que a abordagem na vertical das ITS's/VIH e SIDA e SSR não tem produzido o impacto desejado, devido a ausência de interconexão e complementaridade entre as acções levadas a cabo.

Daí a importância de procurar uma resposta global às necessidades da juventude, que aposta na dualidade de intervenção na esfera económica e social, dinamizando propostas de acção simultânea, que permitem o desenvolvimento saudável da personalidade do jovem e a criação de condições para a sua efectiva integração social, económica e política, face aos desafios de reconstrução e desenvolvimento do País.

IV. ESTRATÉGIA DO SECTOR PARA OS PRÓXIMOS CINCO ANOS

O presente Plano Estratégico baseia-se no reconhecimento que o bem-estar dos jovens pode ser alcançado mais efectivamente “³*reforçando as suas capacidades, alargando o seu acesso às oportunidades, e providenciando-lhes ambientes seguros e que os apoiem*”.

Representa a contribuição do Sector para a resolução paulatina e não fragmentada dos problemas mais prementes que tornam os jovens vulneráveis, tais como: desemprego, subemprego, fora do sistema de ensino, privação do gozo salutar dos tempos livres, por viverem na rua, abandonados pelos seus pais e pelo consumo abusivo de substâncias, entre outros.

Assenta em três aspectos fundamentais, a saber:

- 1º. A perspectiva de materialização da Estratégia de Relançamento do Programa Angola Jovem, datado de Outubro de 2011;
- 2º. A necessidade de integração dos temas ITS's/VIH e SIDA, Saúde Sexual e Reprodutiva no Programa do Sector;
- 3º. A abordagem da questão de género como um princípio norteador sob o qual o Sector deverá desenvolver todas as suas acções.

O desenvolvimento do presente PE obedeceu à seguinte lógica:

Primeira fase:

1. Identificação dos **principais beneficiários** do PE 2012-2017, bem como das formas de os atingir, de acordo com os problemas que os afligem;
2. Identificação das aspirações para o futuro (**Visão**), tendo em conta as categorias de beneficiários e respectivos princípios norteadores para alcança-las (**Valores**);
3. Identificação das reais capacidades, esforços e compromissos para alcançar a visão (Diagnóstico Estratégico, através do processo FFOC: Forças, Fraquezas, Oportunidades e Constrangimentos);
4. Definição dos eixos temáticos, tendo em conta os resultados do FFOC.

Segunda Fase:

Definição precisa da **Meta e Objectivos**, que são um conjunto de fins desejados a serem alcançados, ao médio e longo prazo.

Terceira Fase:

Apresentação da lógica de intervenção, tendo em conta a meta e objectivos preconizados, através do desenvolvimento da Matriz de Planeamento, instrumento que permite a implementação gradual do PE, sua monitoria sistemática e avaliação periódica.

4-1. Características do Grupo Alvo do Sector nos próximos 5 anos

Para o Ministério da Juventude e Desporto, a política da juventude destina-se em primeiro lugar à população urbana e rural, com idade entre 15 e 35 anos. Trata-se neste Plano Estratégico de priorizar aqueles que se encontram em situação de maior vulnerabilidade com relação a: Educação e Ensino, Emprego, Habitação, Desporto e Lazer, ITS's/VIH e SIDA e Saúde Sexual e Reprodutiva. Assim sendo, durante os próximos cinco anos, o

³ UNICEF 2001

Sector propõe-se trabalhar com os **Jovens dos 15 aos 35 anos, no meio Urbano e Rural das 18 Províncias**, dando especial atenção as seguintes categorias:

Categoria de beneficiários	Principais problemas	Estratégia para os atingir
1. Inseridos no mercado informal: Vendedores ambulantes Lavadores de carros Engraxadores Manicura/pedicura Lotadores Taxi Roboqueiros Pessoais com necessidades especiais Moto Taxistas Trabalhadores de Sexos 2. Jovens Paradas juvenis 3. Desportistas 4. Funcionários Públicos 5. Reclusos 6. Criadores de artes 7. Jovens que frequentam espaços de convívio onde há álcool, drogas e práticas de desvio social	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Pouca oportunidade de emprego; ◆ Dificuldade de acesso ao ensino, saúde; ◆ Falta de espaço de lazer; ◆ Falta de habitação; ◆ Baixa renda; ◆ Vulnerabilidade perante as ITS's/VIH e SIDA; ◆ Consumo excessivo de álcool e drogas; ◆ Fraco acesso à informação; ◆ Gravidez precoce; ◆ Barreiras arquitectónicas; ◆ Poucas infra-estruturas desportivas e incentivos 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Mercados; ◆ Ruas das províncias fronteiriças; ◆ Parcerias com líderes comunitários; ◆ Associações Juvenis; ◆ Parque de estacionamento; ◆ Feiras; ◆ Parcerias com ANDA, LARDEF; ◆ Salões de Beleza; ◆ Paragens de táxi; ◆ Jardins; ◆ Em frente as instituições; ◆ Prisões; ◆ MINJUD e Direcções Provinciais da Juventude e Desportos

4-2. Visão e Valores do Sector nos próximos três anos

A Visão é a expressão do futuro desejado para o Grupo Alvo do Sector. Vai nortear a Instituição para os próximos cinco anos. Quanto aos valores, são a expressão dos princípios e regras partilhadas, para que a instituição chegue ao futuro desejado.

Visão do Sector para os próximos cinco anos:

Ser uma instituição modelo com credibilidade para advogar e conduzir a política integral da juventude, que actua pelo cumprimento dos direitos humanos e constitucionais, buscando reconhecimento nacional neste segmento da população.

Valores Norteadores:

- ◆ **Transversalidade:** Actuação de carácter intersectorial, de forma coerente e global, com os diversos Sectores da vida pública e da sociedade, alinhada no compromisso e co-responsabilidade;
- ◆ **Equidade no Género:** Disposição para se reconhecer de forma imparcial, o direito de cada um, sem distinção do sexo;
- ◆ **Ética:** Atitudes e comportamentos coerentes com a decência pública, a dignidade humana e os valores morais a nortear todos os princípios, regras, atitudes e comportamentos daqueles que trabalham em prol da juventude;
- ◆ **Profissionalismo:** Competência, eficiência, cooperativismo e compromisso, face aos desafios traçados;
- ◆ **Transparência:** Democratização do acesso às informações, em sintonia com os princípios de difusão, permitindo amplo conhecimento e visibilidade das acções do Sector.

4-3. Análise do contexto através do FFOC (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Constrangimentos)

Esta fase do processo apresenta os resultados da análise do contexto no qual o Sector está inserido, para que na etapa seguinte, esteja em condições de traçar um posicionamento e decidir das acções a levar a cabo para o alcance da visão de futuro.

Para o efeito utilizou-se o método FFOC (SWOT em inglês), momento do processo que consiste na análise de forma participativa e imparcial, das capacidades internas da Instituição (Forças e Fraquezas) e do ambiente externo (Oportunidades e Constrangimentos), factores de influência positiva e/ou negativa para o alcance da Visão de futuro.

4-3-1. Análise da situação interna do Sector (Forças e Fraquezas):

As Forças e Fraquezas foram identificadas na base de critérios que regem o funcionamento da Instituição no seu todo, a saber:

- ◆ Políticas e Normas vigentes na Instituição;
- ◆ Organização;
- ◆ Condições do trabalho;
- ◆ Sistemas de Comunicação;
- ◆ Gestão de Conflitos;
- ◆ Recursos Humanos, Financeiros e Materiais;
- ◆ Aprendizagem e Conhecimentos;
- ◆ Gestão Administrativa, dos Recursos Humanos e Financeira;
- ◆ Prestação de Serviços à comunidade;
- ◆ Sistemas de Coordenação e interacção entre a Instituição e seus parceiros sociais;
- ◆ Sistemas de Monitoria e Avaliação das acções levadas a cabo.

Após debate profundo e participativo, chegou-se ao seguinte resultado consensual:

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none">◆ Existência de estratégias ao médio e longo prazo;◆ Existência de programas e projectos definidos;◆ Cobertura nacional;◆ Relativa experiência na implementação de acções para os jovens;◆ As estruturas centrais e provinciais estão equipadas;◆ Existe rede telefónica, fax e Site Oficial do sector;◆ Existência de um orçamento para o Sector.	<ul style="list-style-type: none">◆ Ma gestão dos recursos disponibilizados;◆ Insuficiente serviço de internet (falta de emails oficiais, pouca actualização dos sites oficiais);◆ Insuficiência de pessoal qualificado;◆ Insuficiência de recursos financeiros alocados as direcções provinciais e municipais;◆ Insuficientes mecanismos funcionais de coordenação interna e entre o sector e os seus parceiros;◆ Falta de um sistema funcional de monitoria e avaliação.

4-3-2. Análise do contexto externo:

A análise do FFOC ocorreu tendo em contas os principais eixos traçados na Estratégia de Relançamento do Programa Angola Jovem e a inclusão, na referida estratégia, dos temas ITS's/VIH e SIDA, Saúde Sexual e Reprodutiva, Violência Baseada no Género e Ambiente.

1. Políticas e Diálogo Institucional e Social:

Síntese: Propor a aprovação de instrumentos jurídico-institucionais e de outras condições indispensáveis para a implementação com êxito do PE.

Forças	Fraquezas	Oportunidades	Constrangimentos
<ul style="list-style-type: none">- Existem documentos orientadores (proposta de Lei da Juventude, Instituto Nacional da Juventude e Observatório Nacional da Juventude);- Tem havido encontros com o MINJUD e a Comissão da Assembleia nacional para a juventude;- Já existe uma proposta de aumento do orçamento do CNJ;- Discussão em curso com o MINFIN, para Sobretaxas já cobradas;- Habitação: existe um subprograma para a habitação social Experiencia com o BPC;- Cooperação, experiências de sucesso com UNICEF e FNUAP.	<ul style="list-style-type: none">- Todas as nossas acções carecem de estratégia de comunicação;- Fraca capacidade de angariar fundos junto ao sector empresarial;- Fraca capacidade de parceria com a maioria das agências internacionais com vocação juvenil dentro e fora do País.	<ul style="list-style-type: none">- Os temas do VIH, SSR, Género, já estão incluídos na proposta de lei da Juventude;- O ambiente político é favorável para a aprovação desses instrumentos.	<ul style="list-style-type: none">- Deficiente articulação intra-sectorial;- Lentidão na aprovação de Leis e Políticas

2. Associativismo:

Síntese: Fomento da participação activa e organizada da juventude, dinamizando e empreendendo objectivos comuns de um grupo de jovens com os mesmos interesses, contribuindo desta forma para a melhoria da comunidade em áreas tão distintas como o apoio social, o ambiente, a cultura, o lazer, a promoção do património, a saúde e o desporto.

Forças	Fraquezas	Oportunidades	Constrangimentos
<ul style="list-style-type: none">• Aumento do número de associações juvenis;• O MINJUD tem sob sua jurisdição o CNJ• Existência de associações juvenis para a integração da jovem mulher no movimento associativo.	<ul style="list-style-type: none">• Poucos recursos disponíveis;• Fraco conhecimento do movimento associativo;• Fraca capacidade de Gestão das Associações e dos programas de ocupação dos tempos livre.	<ul style="list-style-type: none">• A questão do Género é um assunto de actualidade;• Existe vontade política para movimentos associativos;• Existe terrenos para construção de casas e centros comunitários	<ul style="list-style-type: none">• Deficiente articulação intra-sectorial;• Atrasos na disponibilidade de verbas

3. Educação e Ensino:

Síntese: Fomento do acesso à educação e ensino de Jovens fora do sistema de ensino e/ou com dificuldades de continuar a estudar

Forças	Fraquezas	Oportunidades	Constrangimentos
<ol style="list-style-type: none">1. Existem no sector pessoas com influência para advogar junto ao INAB para obtenção de bolsas de estudo à Jovens carenciados;2. Existência de parcerias com instituições de ensino (para inclusão dos jovens fora do sistema de ensino)	<ol style="list-style-type: none">1. Mau aproveitamento das Oportunidades;2. O Sector não possui experiência na vertente advocacia para inserção de jovens no sistema de ensino	<ol style="list-style-type: none">1. Disponibilidade de bolsas para Jovens;2. Existem oportunidades de se informar sobre a oferta de bolsas de estudo;3. Existe o programa do MED de Alfabetização e Recuperação do Atraso Escolar.	<ol style="list-style-type: none">1. A forte inserção dos Jovens no mercado informal limita o seu interesse pela escola;2. Deficiente articulação intra-sectorial.

4. Emprego e Empreendedorismo:

Síntese: Promoção do acesso ao mercado do trabalho, formação profissional e outras alternativas mais dignas de sustento.

Forças	Fraquezas	Oportunidades	Constrangimentos
<ul style="list-style-type: none"> - Existência de políticas no sector; - Existência de vagas no sector; - Existência de concursos públicos; - Existência de programas de empreendedorismo; - Existência de parcerias com outras instituições para a promoção do empreendedorismo; - Iniciativas na promoção do emprego e actividades geradoras de rendimentos; - MINJUD está a promover a formação técnico-profissional dos jovens 	<ul style="list-style-type: none"> - Fraca divulgação da lei do Primeiro Emprego; - Fraca capacidade de resposta do MINJUD na implementação do programa de auto-emprego e kits profissionais; - Fraca capacidade de monitorar os projectos em prol do Emprego; - Fraco envolvimento dos beneficiários na elaboração dos projectos; - Fraco acompanhamento dos projectos; - Dificuldade na sustentabilidade dos projectos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Existência da Lei do primeiro Emprego; - Possibilidade de estabelecimento de parcerias publico-privadas; - Crescimento económico do País; - Existência de Feiras de Emprego; - Existência de programas de formação profissional; - Enquadramento do tema “empreendedorismo no currículo escolar” 	<ul style="list-style-type: none"> - Fraca motivação para adesão aos programas de empreendedorismo; - Baixo nível académico da juventude; - Fraco aproveitamento das oportunidades existentes nos centros de formação profissional.

5. Habitação Social:

Síntese: Contribuir para o direito do Cidadão à habitação, com foco nos jovens em situação de vulnerabilidade.

Forças	Fraquezas	Oportunidades	Constrangimentos
<ol style="list-style-type: none"> 1. Experiência com o Programa Angola Jovem e agora, o Plano estratégico 2012-2017 do Sector; 2. Decreto-lei n. 26/4/2007 que regula o acesso e a concessão de habitação aos jovens. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fraca capacidade de resposta; 2. Fraca fiscalização dos projectos habitacionais; 3. Pouca divulgação dos critérios para a atribuição de casas; 4. Acesso limitado às casas; 5. Má selecção das empresas consultoras; 6. Não padronização de um modelo para casas. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Políticas de crédito habitacional; 2. Sensibilidade dos governos provinciais na atribuição de terrenos para auto construção; 3. Existência de empresas construtoras. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Não aprovação da Politicado Estado para a Juventude; 2. Muita burocracia; 3. Não cumprimento dos prazos de entrega das casas por parte das empresas construtoras; 4. Calamidades naturais

6. Desporto e Lazer:

Síntese: Promoção do associativismo desportivo e ocupação saudável dos tempos livres

Forças	Fraquezas	Oportunidades	Constrangimentos
1. Existência do Programa despontar; 2. Existência das Casas da juventude e centros Comunitários da Juventude; 3. Existência nas comunidades de associações desportistas	1. Dificuldade na gestão e manutenção das infra-estruturas desportivas existentes; 2. Insuficientes infra-estruturas desportivas; 3. Pouco incentivo aos jovens para a prática do desporto (kits desportivos)	1. Existência de programas de responsabilidade social no sector privado; 2. Existência de “paradas Juvenis”; 3. Realização de eventos desportivos nacionais e internacionais; 4. Lei de Mecenato; 5. Existência de patrocinadores para eventos desportivos; 6. Existência do movimento Espontâneo (como os cassulinhos da bola, gira bairro,)	1. Não aprovação da Lei de Mecenato; 2. Vulnerabilidade dos espaços do desporto; 3. Os jovens inseridos no mercado informal não têm tempo para praticar desporto;

7. ITS's/VIH e SIDA, Saúde Sexual e Reprodutiva, Ambiente

Síntese: Dotar os Jovens de capacidades para se prevenir das ITS's/VIH e SIDA, de comportamentos sexuais nocivos e de desrespeito ao ambiente.

Forças	Fraquezas	Oportunidades	Constrangimentos
- Experiência na implementação de projectos de prevenção do VIH e SIDA; - Experiência com o Projecto JIRO; - Existência de pontos focais ao nível nacional; - Existência de um grupo de cerca de 16 funcionários do MINJUD treinados em Educação de pares.	- Fraco aproveitamento dos espaços radiofónicos, out doors e televisivos reservados aos Ministérios; - Fraco aproveitamento dos materiais e infra-estruturas existentes; - Falta de capacidade para fazer funcionar o projecto JIRO; - Falta de pessoal do MINJUD com treinamento na abordagem SSR; - Inexistência de mecanismos para dar continuidade aos projectos.	- Existência de programas de rádio; - Mais oportunidades de parcerias com a UNICEF, UNFPA; - Há vontade de financiar projectos SSR; - O MINSa tem um programa de expansão destes SSR no País; - O MINJUD tem parceiros que conhecem e têm muita experiência neste campo; - Existência de Associação de taxistas e moto-taxistas; - Existe parceria com o INLS.	- Forte burocratização; - Deficiente descentralização administrativa; - Barreiras, preconceitos e tabus ligados ao sexo; - Apetência para aventuras e outras actividades de risco; - Algumas actividades constituem transgressões administrativas, tais como: lavagem de carros e venda de produtos em espaços impróprios; - Grande mobilidade do grupo alvo e consequentemente, perda do grupo; - Os serviços de saúde não têm serviços integrados (SSR, VIH, etc..)

4-4. Opções Estratégicas

O FFOC proporcionou uma gama de informações sobre a capacidade interna do Sector e o ambiente em que está inserida. Trata-se nesta etapa do processo, de seleccionar os eixos temáticas que devem constar no Plano Estratégico, tendo em conta os resultados do FFOC, para garantir o máximo de realismo sobre o posicionamento futuro do Sector em relação ao seu Grupo Alvo.

Após longos momentos de debates e reflexões com todos os envolvidos no processo, chegou-se ao consenso de que todas as áreas temáticas definidas na Estratégia de Relançamento do Programa Angola Jovem constituem uma prioridade e por conseguintes, devem constar no Plano Estratégico do Sector para o período 2012-2017. Os temas ITS's/VIH e SIDA, SSR, Violência Juvenil e Ambiente, devem ser integrados no PE, como intervenções sistemáticas e não fragmentadas. O Sector deverá encontrar mecanismos para neutralizar as fraquezas e os constrangimentos identificadas durante o processo FFOC.

4-5. Principais Eixos Temáticos do PE 2012-2017

Com o intuito de por em evidência um Programa Integrado de Desenvolvimento de Habilidades para Vida, as áreas definidas na Estratégia de Relançamento do Programa Angola Jovem, foram revertidas em 7 grandes eixos temáticos, a saber:

1. Suportes Jurídico-legal de Apoio a Juventude;
2. Cidadania e Participação Juvenil;
3. Emprego, Empreendedorismo e Formação Profissional;
4. Desporto, Cultura e Lazer;
5. Desenvolvimento Urbano e Ambiental;
6. Educação e Ensino;
7. ITS's/VIH e SIDA, Saúde Sexual e Reprodutiva.

4-5-1. Suportes Jurídico-legal de Apoio a Juventude

Síntese: Estabelecimento de condições prévias para a aplicação de programas e projectos de natureza multidimensional que promovam oportunidades para os jovens e assegurem parcerias responsáveis entre os intervenientes, nomeadamente as instituições governamentais, as instituições bancárias, as redes e associações de jovens, as agências internacionais, a sociedade civil, o sector empresarial, os meios de comunicação social, de modo a criar sinergias capazes de gerir as potencialidades e resolver os problemas dos jovens.

Principais acções:

- ◆ Institucionalizar a Comissão Inter-Ministerial sobre a Juventude;
- ◆ Aprovar os instrumentos jurídico-institucionais sobre a juventude, que incluem ITS's/VIH/SIDA, SSR, Género, etc;
- ◆ Institucionalizar encontros regulares de concertação política e técnica com a Comissão da Assembleia Nacional para as questões de juventude;
- ◆ Propor (Ministério das Finanças) o aumento significativo do orçamento ao Conselho Nacional da Juventude;
- ◆ Revitalizar o Fundo de Apoio à juventude;

- ◆ Definir com o Ministério do Urbanismo e da Construção, uma linha de Fundo de Fomento Habitacional para habitação social de jovens;
- ◆ Estabelecer com os Banco Nacionais, acordos de parcerias visando a sua comparticipação financeira na execução de projectos sociais em prol da juventude;
- ◆ Advogar a aprovação da Lei de Mecenato;
- ◆ Adoptar o princípio da transversalidade dos temas VIH e SIDA, SSR, Educação Ambiental e Género em todas as acções promovidas pelo Sector.

Condições suplementares a serem criadas:

- ◆ Constituição de uma equipa de Coordenação, capaz de defender dentro e fora do Sector o presente PE, através da sua forte disseminação;
- ◆ Estabelecimento de um mecanismo funcional de coordenação interna e entre o Sector e os Parceiros de implementação;
- ◆ Reforçar os mecanismos de comunicação existentes a todos os níveis (telefone, internet, fax, etc.)
- ◆ Advogar para alocação de fundos a nível municipal para apoiar a implementação de acções;
- ◆ Actuação de carácter intersectorial, de forma coerente e global, com os diversos Sectores da vida pública e da sociedade, alinhada no compromisso e co-responsabilidade;
- ◆ Criar condições e capacidades para garantir o acesso às informações, em sintonia com os princípios de difusão, permitindo amplo conhecimento e visibilidade das acções do Sector;
- ◆ Envidar esforços para o reconhecimento do MINJUD como instituição de referência na luta pela defesa e garantia dos direitos dos jovens

4-5-2. Cidadania e Participação Juvenil

Síntese: Incentivar e promover a participação juvenil, contribuindo para o desenvolvimento da comunidade em áreas tão distintas como o apoio social, o ambiente, a cultura, o lazer, a saúde e o desporto.

Principais acções:

- ◆ Reforçar a capacidade institucional do Conselho Nacional da Juventude;
- ◆ Desencadear um movimento em rede, uma articulação conjunta de organizações juvenis em defesa da vida dos jovens;
- ◆ Criar canais para divulgação de informação diversa sobre actividades do Conselho Nacional da Juventude e Associações afiliadas;
- ◆ Fomentar parcerias entre as diversas instituições;
- ◆ Fomentar troca de experiências inter geracionais no meio rural e urbano;
- ◆ Fomentar a interculturalidade, e dinamizar o intercâmbio cultural e a promoção da cooperação com jovens de outros países;
- ◆ Fomentar e apoiar o Voluntariado;
- ◆ Garantir o funcionamento e sustentabilidade das Casas da Juventude e Centros Comunitários;
- ◆ Promover campanhas de mobilização social para aderência dos Jovens a projectos de combate ao VIH e SIDA e SSR, no âmbito da cidadania e participação juvenil.

Condições suplementares a serem criadas:

- ◆ Criar com o movimento associativo um real posicionamento alinhado no compromisso e co-responsabilidade;
- ◆ Ser um canal que possibilite a juventude ser vista e ouvida por outros sectores da sociedade;
- ◆ Divulgar mais informação sobre o movimento associativo, através dos meios de que o Sector dispõe;
- ◆ Fomentar o crescimento de associações juvenis, como forma organizada de atingir os jovens;
- ◆ Descentralizar os projectos de apoio aos jovens (delegar responsabilidades);

4-5-3. Emprego, Empreendedorismo e Formação

Síntese: Promover a formação e a transição para a vida activa e criar novas respostas sociais de combate ao desemprego e precariedade dos jovens do mercado informal.

Principais acções:

- ◆ Criar oportunidades para empreendedorismo jovem;
- ◆ Promover o acesso ao mercado de trabalho;
- ◆ Promover a abertura de centros de formação profissionais;
- ◆ Advogar a implementação da Lei do primeiro Emprego;
- ◆ Continuar e melhorar a implementação dos projectos específico de auto-emprego;
- ◆ Apoiar os Jovens criadores e fazedores de artes.

Condições suplementares a serem criadas:

- ◆ Maior aproveitamento das oportunidades em termos de preenchimento de vagas para formação profissional;
- ◆ Envolver os jovens na formulação de projectos de apoio ao empreendedorismo;
- ◆ Ampliar a divulgação de vagas para emprego.

4-5-4. Desporto, Cultura e Lazer

Síntese: Fomento de acções de carácter cultural, desportivo e recreativo nas comunidades para reduzir a vulnerabilidade dos Jovens com relação ao consumo abusivo de substâncias nocivas e preencher de forma saudável o seu tempo livre.

Principais acções:

- ◆ Fomentar parcerias com instituições públicas, privadas e das Organizações da Sociedade Civil para o desenvolvimento de acções de carácter cultural, desportivo e recreativo;
- ◆ Utilizar as novas tecnologias de informação para acesso à cultura, desporto e lazer;
- ◆ Promover o associativismo desportivo;
- ◆ Conceber e implementar projectos específicos de ocupação dos tempos livres (ex: Despontar);
- ◆ Promover campanhas de mobilização social para aderência dos Jovens a projectos de combate ao VIH e SIDA e SSR, no âmbito do desporto, cultura e lazer.

Condições suplementares a serem criadas:

- ◆ Demonstrar capacidade para a gestão e manutenção das infra-estruturas existentes;
- ◆ Encontrar formas de incentivos para prática do desporto;
- ◆ Aumentar a capacidade de concepção, implementação e monitoria de projectos de ocupação dos tempos livres;
- ◆ Disponibilizar as infra-estruturas existentes para acções de sensibilização em torno do VIH e SIDA e SSR.

4-5-5. Desenvolvimento urbano e ambiental

Síntese: Impulsionar a conservação e valorização do património natural, promovendo a consciencialização ecológica.

Principais acções:

- ◆ Criar oportunidades de acesso à habitação (Informar, Fomentar parcerias, Agilizar e desburocratizar);
- ◆ Promover uma cultura de utilização dos espaços existentes para a realização de multi-actividades, valorizando espaços abertos com potencialidade para acolhimento de eventos;
- ◆ Desenvolver actividades inovadoras baseadas nas características ambientais, sensibilizando os jovens para as questões ambientais;
- ◆ Promover o mecenato;
- ◆ Fomentar a utilização de equipamentos desportivos voltados para a natureza.

Condições suplementares a serem criadas:

- ◆ Formular projectos de fomento à habitação social, respeitando as normas ambientais;
- ◆ Estabelecer e divulgar critérios adequados para o acesso à habitação social;
- ◆ Melhorar o acompanhamento na construção de casas

4-5-6. Educação e Ensino:

Síntese: Evidenciar esforços para sanear o deficit educacional entre os Jovens

Principais acções:

- ◆ Advocacia junto do ENAB e outras instituições afins, visando o aumento de bolsas de estudo para jovens estudantes (15-24 anos) com dificuldades de continuar a estudar;
- ◆ Advocacia junto de instituições afins para a inserção de Jovens fora do sistema formal de ensino.

Condições suplementares a serem criadas:

- ◆ Maior aproveitamento das oportunidades e das influências existentes no Sector.

4-5-7. ITS's/VIH e SIDA, Saúde Sexual e Reprodutiva e Violência Juvenil:

Síntese:⁴ O enfoque das abordagens de comunicação na resposta ao VIH e SIDA e SSR, deve ser estruturado, sistematizado, atento às dinâmicas de género e implementado de uma forma contínua e metódica, fazendo uso dos múltiplos meios e canais de comunicação disponíveis a nível nacional, comunitário, familiar e interpessoal. O enfoque das mensagens e conteúdos temáticos deve primar pela participação das comunidades, capitalizar o envolvimento das lideranças a todos os níveis, inspirar-se na ética, cultura, línguas e ensinamentos embebidos nos contextos culturais que caracterizam a ampla diversidade de Angola, ao mesmo tempo que orientam para atitudes e comportamentos seguros e solidários face à epidemia do VIH e SIDA e práticas sexuais perniciosas. É também crucial formar capacidades locais em Comunicação Estratégica e Mudança Social,

⁴ INLS: Estratégias de comunicação

particularmente os responsáveis pela área de comunicação das organizações e instituições nos vários níveis de actuação, daí a inclusão da CAPACITAÇÃO como parte das prioridades.

Estratégia de intervenção

1. Capacitação (vertente ITS's/ VIH/SIDA, SSR):

- 1-1. Definir adequadamente os alvos;
- 1-2. Definir currículos e estratégias de capacitação adequadas ao contexto;
- 1-3. Implementar o programa de capacitação.

2. Prevenção das ITS's/ VIH/SIDA:

- 2-1. Definição das abordagens de mobilização social, de acordo com os alvos/receptores;
- 2-2. Reforçar a parceria com o INLS, o MINSA e as Organizações da Sociedade Civil, particularmente as que trabalham com Jovens;
- 2-3. Formação de Activistas
- 2-4. Formação de Educadores de Pares
- 2-5. Aquisição de material IEC
- 2-6. Planificação
- 2-7. Actividade de Grupo
- 2-8. Actividade CIP
- 2-9. Advocacia com Pais e Decisores;
- 2-10. Actividades com os media
- 2-11 Recolha de Informação
- 2-12. Consolidação da Informação

3. Mobilização para ATV:

- 3-1. Informar sobre a existência de CATV's e Serviços de saúde reprodutiva;
- 3-2. Apoio nas actividades de ATV móveis;
- 3-3. Actividades de sensibilização sobre a importância do Teste do VIH

4. Advocacia:

- 4-1. Divulgação da Lei do VIH e SIDA
- 4-2. Estabelecimento de parcerias com Associações de PVVS
- 4-3. Actividades CIP e de Grupo em parceria com Associações de PVVS

5. Género, Saúde Sexual e Reprodutiva

- 5-1. Serviços de saúde reprodutiva amigos dos jovens;
- 5-2. Educadores de Pares;
- 5-3. Transversalidade: Género/Saúde Reprodutiva e VIH/SIDA;
- 5-4. Prevenção da violência baseada no género (VBG);
- 5-5. Envolvimento dos jovens, advocacia com Pais e Decisores;
- 5-6. Informação porta-porta;
- 5-7. Sensibilização de acordo com as categorias de alvo (manicuros, pedicuros, cobradores de táxi)

Condições suplementares a serem criadas:

- ◆ Mobilizar os recursos necessários às sessões de capacitação.;
- ◆ Apoiar no desenvolvimento de Planos Operacionais a cada nível de implementação e acompanhar a sua execução;
- ◆ Garantir a coordenação das acções a cada nível de implementação;
- ◆ Estabelecer parcerias concretas com os parceiros de implementação e monitorar a sua implementação;
- ◆ Por a disposição dos agentes de implementação todos os meios de que o Sector dispõe, incluindo os canais de TV, Rádio e Imprensa;
- ◆ Garantir a aplicação dos princípios de transversalidade e equidade no género;
- ◆ Utilizar, adequar e estender as experiências dos Projectos já implementados (*VIH/SIDA e os Jovens nos Tempos Livres*);
- ◆ Facilitar o acesso as Casas da Juventude e Centros Comunitários para actividades de ATV);
- ◆ Estabelecimento de mecanismos para a ampla divulgação da Lei do VIH e SIDA;

- ◆ Utilizar, adequar e estender as experiências dos Projectos já implementados (*JIRO, HAMSET*);
- ◆ Incrementar e estender para outras províncias as experiências de Luanda e Benguela;
- ◆ Reforçar a parceria com MINSAs;
- ◆ Estudar mecanismos para o envolvimento dos próprios jovens na programação das acções

4-6. Meta e Objectivos:

Esta parte do PE estabelece a meta e respectivos objectivos, entendidos como um conjunto de fins desejados, findo o prazo de realização do Plano Estratégico. Representam o contributo do Sector para dirimir situações negativas prevalecentes no seio dos Jovens.

Meta do Sector

Contribuir fortemente para a redução do número de Jovens, dos 15 ao 35 anos, no meio urbano e rural, em situação de precariedade para o seu desenvolvimento saudável, tais como: serem pessoas com necessidades especiais, desempregados ou subempregados, fora do sistema de ensino, com comportamentos nocivos face as ITS's/VIH e SIDA e SSR, por viverem na rua, abandonados pelos seus pais, em conflitos com a Lei e pelo consumo abusivo de substâncias, entre outros. As questões de género constituem o princípio que norteia todas as acções definidas no PE.

Objectivo 1: Reforço da capacidade institucional do sector

Até 2017, reforçada a capacidade institucional do Sector em termos de Recursos Humanos e Financeiros, Sistemas de Comunicação, Coordenação e Interação com os parceiros sociais, Concepção, Implementação, Monitoria e Avaliação de projectos, por forma a garantir a devida implementação, monitoria sistemática e avaliação periódica do PE 2012-2017.

Objectivo 2: Suportes jurídico-legal de apoio à juventude

Até 2017, aprovados os instrumentos jurídico-institucionais direccionados à juventude, nomeadamente, a Lei da Juventude, a Política do Estado para a Juventude, o Instituto Nacional da Juventude e o Observatório Nacional da Juventude, por constituírem o alicerce de todas as acções levadas a cabo em prol da Juventude.

Objectivo 3: Cidadania e Participação Juvenil

Até 2017, consolidado o associativismo juvenil, através do reforço da capacidade do CNJ e do aumento do número de Associações Juvenis, capazes de contribuírem para o desenvolvimento das comunidades em áreas tão distintas como o apoio social, o ambiente, a cultura, o lazer, a saúde preventiva e o desporto.

Objectivo 4: Desenvolvimento de habilidades para a vida

Até 2017, reforçada a capacidade de desenvolvimento de habilidades para a vida entre os Jovens beneficiários das acções no âmbito do PE 2012-2017, através da implementação de projectos integrados que promovem o acesso ao emprego, habitação, educação e ensino, desporto e lazeres e a mudança de comportamento em relação as ITS's/VIH e SIDA, Saúde Sexual e Reprodutiva e Ambiente.

4-7. Parceiros de implementação

Para garantir a efectiva implementação do Plano Estratégico, o MINJUD é ciente de que deve optar por uma actuação compartilhada, ou seja, estabelecer de forma concreta, alianças estratégicas com outros Sectores da vida pública, como Empresas Públicas e Privadas, Instituições Bancárias, Organizações da Sociedade Civil e Agências de cooperação bilateral. Neste quadro de parcerias, o MINJUD garante a harmonização e a sinergia dos esforços envolvidos pelos parceiros, assim como a transparência e compromisso na sua materialização. Neste sentido, foram identificados os seguintes parceiros de implementação do PE do Sector:

Parceiros	Tipo de contribuição
1. Comissão da AN para assuntos da juventude	Impulsionar a tomada de decisão em prol da Juventude.
2. Departamentos Ministeriais	Participar na materialização dos acordos estabelecidos com o Sector, integrando nos seus mandatos, actividades que contribuem para a implementação do PE, de acordo com as suas respectivas missões.
3. Governos provinciais	Criar Núcleos Provinciais de apoio a implementação do PE, incluindo a sua monitoria.
4. Conselhos Nacional e Províncias da Juventude	Participar activamente, informando e mobilizando as associações juvenis para aderirem as acções no âmbito do PE.
5. Organizações da Sociedade Civil	Desenvolver planos operacionais abrangentes de intervenção com realismo e observância dos desafios da sustentabilidade. A prestação de contas deverá ser conferida por todos intervenientes à equipa de Coordenação do PE, independentemente da fonte de financiamento.
6. Empresas públicas e privadas	Disponibilizar as suas potencialidades a cada nível de implementação do PE
7. Instituições Bancárias	Apoiar na materialização da estratégia de captação de fundos no âmbito do PE do Sector
8. INLS	Apoio técnico, material e financeiro nas abordagens relacionadas as ITS's/VIH/SIDA
9. MINSA, Serviços de Saúde Reprodutiva	Apoio na implementação das acções relacionadas com ITS's/ VIH e SIDA e SSR
10. UNICEF, UNFPA; BM	Apoio técnico e financeiro a projectos implementados no âmbito do PE
11. Meios de Comunicação Social	Instrumento de veículo da informação e de mobilização dos actores sociais para a implementação do PE

V. COORDENAÇÃO, MONITORIA E AVALIAÇÃO

5-1. Coordenação

Para garantir a efectiva implementação, monitoria e avaliação periódica do presente Plano Estratégico, o MINJUD constituirá uma equipa de Coordenação, composta por representantes das diversas direcções e departamentos do Sector, podendo recorrer a elementos externos pertencentes às entidades parceiras ou a outras, sempre que tal se revele necessário.

Á equipa de Coordenação compete:

1. A ampla disseminação do Plano Estratégico, de forma a garantir a devida apropriação por parte dos funcionários do Sector e o real envolvimento dos parceiros;
2. A elaboração do orçamento para a implementação do Plano Estratégico, incluindo a sua monitoria, como garantia de alocação de recursos financeiros as Direcções Provinciais e Municipais da Juventude e Desportos, Conselho Nacional da Juventude e Parceiros das Organizações da Sociedade Civil;
3. A elaboração de uma estratégia de captação de fundos, para a implementação do orçamento do PE (OGE, Empresas, Bancos, Agências Internacionais);
4. O estabelecimento de Memorando de Entendimento com os parceiros;
5. O estabelecimento de um mecanismo funcional de coordenação interna e entre o Sector e os Parceiros;
6. O desenvolvimento de um Plano de Reforço Institucional ao nível central e local;
7. A correcta gestão dos recursos disponibilizados, através da elaboração e implementação de modelos de gestão dos recursos, a cada nível de implementação do PE;
8. A garantia de desenvolvimento de Planos Operacionais Provinciais em harmonia com a lógica de intervenção (Matriz de Planeamento). Para o efeito, poder-se-ia programar encontros alargados de planificação com as Direcções Provinciais da Juventude e Desporto e Parceiros Sociais;
9. O desenvolvimento de um Manual de Monitoria e Avaliação com o objectivo de (i) servir como documento de apoio ao processo de M&A a cada nível de implementação do PE, que conduzirá ao estabelecimento de uma cultura de gestão e avaliação orientada para resultados esperados e (ii) garantir que toda informação recolhida através do sistema de M&A, seja analisada e disponibilizada para os propósitos de informação e aprendizagem;
10. A garantia de aplicabilidade do Manual, a cada nível de implementação do PE. Para o efeito, deverá a equipa de Coordenação, preparar um grupo técnico para o desenvolvimento do referido manual e a capacitação de equipas de terreno ligadas a implementação do PE;
11. O desenvolvimento e implementação de Planos Anuais de visitas de supervisão;
12. A Avaliação interna do PE;
13. A Organização de uma Avaliação Externa, materializada através do estabelecimento de Termos de Referência e Contratos.

5-2. Monitoria e Avaliação

O estabelecimento de um Sistema de Monitoria e Avaliação (M&A) permitirá conhecer a qualquer momento e a qualquer nível, o grau de implementação dos Planos Operacionais, a análise da qualidade do trabalho realizado e o impacto produzido pelas acções levadas a cabo na comunidade alvo.

A **Monitoria** é uma função interna, da responsabilidade de cada equipa de implementação. Consistirá na recolha sistemática de informação e sua consolidação periódica (mensal, trimestral, semestral e anual), permitindo conhecer os progressos alcançados em termos de realização dos planos operacionais. É uma ferramenta inestimável para o fornecimento de uma base de dados necessária a fase seguinte, ou seja, a avaliação. Inclui:

1. A concepção e implementação de um conjunto de **Modelos de recolha de dados**, de acordo com os Indicadores estabelecidos na lógica de intervenção (Matriz de Planeamento);

2. A realização de visitas de supervisão, de acordo com o plano de supervisão desenvolvido para o efeito, durante as quais serão recolhidos dados qualitativos sobre o trabalho efectuadas pela equipa de terreno;
3. A consolidação dos dados recolhidos, de acordo à periodicidade estabelecida para a elaboração de relatórios;
4. A elaboração de relatórios estatísticos e narrativos sobre o grau de implementação dos planos operacionais, incluindo as dificuldades encontradas e as recomendações para a sua superação.

Quanto a **Avaliação**, o Sector propõe-se implementar dois mecanismos, ou seja:

1. Uma **Avaliação Interna**, baseada na análise dos dados recolhidos e consolidados durante a fase de monitoria, permitindo averiguar a utilidade da acção em termos de impacto na comunidade alvo e cujo resultado culmina com a produção periódica (semestral e / ou anual) de relatórios analíticos. É da responsabilidade da equipa de Coordenação;
2. Findo o prazo do PE, realizar-se-ia uma **Avaliação Externa**, através da contratação de uma equipa externa cuidadosamente seleccionada. A avaliação externa tende a ser muito mais objectiva, já que os avaliadores não pertencem ao Sector. Contudo, tem o seu custo, pelo que deve ser previsto no orçamento do PE.

VI. LÓGICA DE INTERVENÇÃO – MATRIZ DE PLANEAMENTO

Através do desenvolvimento da Matriz de Planeamento, mais abaixo descriminada, o Sector propõe-se por em evidência a efectiva gestão do PE (implementação e monitoria), especificando as principais **Acções** a levar a cabo, os **Resultados** esperados, fruto destas acções e os **Indicadores de processo** que descrevem o tipo de informação que deverá ser recolhida durante o processo de monitoria, para assegurar a concretização dos objectivos e respectivos resultados preconizados. A cada nível de implementação do PE, a Matriz de Planeamento deverá ser traduzida em Planos Operacionais orçamentados e com os respectivos planos de M&A acoplados.

Matriz de Planeamento

<p>Meta: Contribuir fortemente para a redução do número de Jovens, dos 15 ao 35 anos, no meio urbano e rural, em situação de precariedade para o seu desenvolvimento saudável, tais como: serem pessoas com necessidades especiais, desempregados ou subempregados, fora do sistema de ensino, com comportamentos nocivos face as ITS's/VIH e SIDA e SSR, por viverem na rua, abandonados pelos seus pais, em conflitos com a Lei e pelo consumo abusivo de substâncias, entre outros. As questões de género constituem o princípio que norteia todas as acções definidas no PE.</p>			
<p>Objectivo 1 – Reforço da capacidade institucional do sector: Até 2017, reforçada a capacidade institucional do Sector em termos de Gestão Administrativa e Programática, Sistemas de Comunicação, Coordenação e Interação com os parceiros sociais, Concepção, Implementação, Monitoria e Avaliação de projectos, por forma a garantir a devida implementação, monitoria sistemática e avaliação periódica do PE 2012-2017.</p>			
Principais Actividades	Resultados Esperados	Indicadores	Sistemas de M&A e Meios de Verificação
<p>1-1. Reforçar a capacidade do Sector na disseminação das políticas e estratégias estabelecidas (Política da Juventude, PE, etc..) e das oportunidades em prol da Juventude (ex: vagas para emprego, critérios de acesso ao empreendedorismo, à habitação, bolsas de estudo, etc..) dentro e fora do MINJUD;</p> <p>1-2. Melhorar a capacidade de Gestão Programática, Financeira, Material e de Bens do Sector, através do desenvolvimento de um programa de capacitação do pessoal e do estabelecimento de um sistema de gestão uniforme;</p> <p>1-3. Melhorar a capacidade de comunicação intersectorial e entre o Sector e Parceiros, através do estabelecimento de mecanismos que garantam a coordenação e interação a todos os níveis;</p> <p>1-4. Garantir a monitoria sistemática e avaliação periódica das acções levadas a cabo no âmbito do PE;</p> <p>1-5. Melhorar a prestação de serviços à comunidade alvo, através da formação do pessoal de terreno em gestão de projectos (delegações Provinciais e Parceiros de implementação).</p>	<p>- Desenvolvido um Programa de Reforço da capacidade do MINJUD e Delegações Provinciais, em matéria de Gestão Administrativa e de Bens, Comunicação, Gestão de Projectos e M&A;</p> <p>- Implementado do Programa de Reforço;</p> <p>- Estabelecidos sistemas uniformes de gestão dos recursos disponíveis;</p> <p>- Formulados e Implementados Projectos específicos que garantam a materialização do PE;</p> <p>- Desenvolvidos Planos Operacionais Provinciais e respectivos Orçamentos para a implementação do PE a cada nível;</p> <p>- Desenvolvido e implementado um Sistema Uniforme de Monitoria e Avaliação do PE;</p> <p>- Elaborados relatórios periódicos sobre o grau de implementação do PE e impacto produzido;</p> <p>- Avaliado o PE, findo o prazo de implementação;</p> <p>- Reformulado o PE para o período seguinte, tendo em conta as lições aprendidas.</p>	<p>- Número de workshop de formação em Reforço Institucional;</p> <p>- Número médio de participantes por sexo: MINJUD; Delegações provincial; Parceiros de implementação;</p> <p>- Número de Projectos formulados e implementados ao longo do PE;</p> <p>- Número de técnicos formados ao nível central e local;</p> <p>- Orçamentos dos projectos desagregados por fonte de financiamento (OGE, Agencias Internacionais, Sector Empresarial e Financeiro);</p> <p>- Número de visitas anuais de supervisão efectuadas ao longo do período 2012-2017;</p> <p>- Número de relatórios anuais elaborados e disseminados ao longo de 2012-2017:</p> <p>- Número de encontros/reuniões efectuadas pela equipa de Coordenação do PE.</p>	<p>Modelos de recolha de dados sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> ◆ Número de participantes, por sexo, área geográfica e categoria de participantes (MINJUD, Delegações Provinciais, Outras Instituições e Parceiros Sociais); ◆ Temas abordados nos workshop de formação; ◆ Técnicos formados, por sexo e área geográfica; ◆ Sistemas de gestão ao nível central e local; ◆ Sistema de M&A (tipo de modelos de recolha e consolidação de dados, periodicidade); <p>Meios de verificação:</p> <ul style="list-style-type: none"> ◆ Relatórios dos Workshops; ◆ Contratos estabelecidos; ◆ Manuais de gestão e M&A; ◆ Relatórios elaborados ao longo da implementação do PE; ◆ TDR dos Projectos

Meta: Contribuir fortemente para a redução do número de Jovens, dos 15 ao 35 anos, no meio urbano e rural, em situação de precariedade para o seu desenvolvimento saudável, tais como: serem pessoas com necessidades especiais, desempregados ou subempregados, fora do sistema de ensino, com comportamentos nocivos face as ITS's/VIH e SIDA e SSR, por viverem na rua, abandonados pelos seus pais, em conflitos com a Lei e pelo consumo abusivo de substâncias, entre outros. As questões de género constituem o princípio que norteia todas as acções definidas no PE.

Objectivo 2 – Suportes jurídico-legais de apoio à juventude: Até 2017, aprovados os instrumentos jurídico-institucionais direccionados à juventude, nomeadamente, a Lei da Juventude, a Política do Estado para a Juventude, o Instituto Nacional da Juventude e o Observatório Nacional da Juventude, por constituírem o alicerce de todas as acções levadas a cabo em prol da Juventude.

Principais Actividades	Resultados Esperados	Indicadores	Sistemas de M&A e Meios de Verificação
- Institucionalizar a Comissão Inter-Ministerial sobre a Juventude;	Criadas as condições materiais, humanas e institucionais no quadro da articulação interministerial do Executivo, em prol da implementação partilhada e coordenada das acções e políticas para a juventude;	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Número de projectos apoiados, partilhados e implementados pelas instituições membros da Comissão Inter-Ministerial ao nível da administração central e local do Estado; ◆ Numero de parceiros envolvidos nos programas, projectos e outras iniciativas em prol da juventude durante a implementação do PE; ◆ Número de relatórios elaborados e disseminados pelo Executivo no quadro do trabalho integrado com a juventude durante a vigência de PE 	<p>- Modelos de recolha de dados sobre a Comissão Inter-Ministerial:</p> <ul style="list-style-type: none"> ◆ Encontros Inter-Ministeriais; ◆ Tipo de Instituições que agendaram actividades no âmbito do PE; ◆ Desagregação das actividades por instituição membro da Comissão; <p>- Meios de Verificação Relatórios elaborados e dissimulados pela Comissão.</p>
- Aprovar os instrumentos jurídico-institucionais sobre a juventude, que incluem VIH/SIDA, SSR, Género, etc.	Aprovada e implementada a Lei da Juventude e a Política do Estado para a Juventude durante a vigência do PE	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Número de encontro de concertação para análise e aprovação dos instrumentos ao nível da Comissão da AN; ◆ Número e tipo de actividades realizadas pela Equipa de Coordenação para a dissimulação dos instrumentos jurídico-institucionais; ◆ Número de Instituições Juvenis informados sobre os instrumentos juridico-institucionais; ◆ Numero de eventos realizados para 	<p>- Modelos de recolha e consolidação de dados sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> ◆ Encontros ao nível da AN; ◆ Actividades da Equipa de Coordenação para dissimulação da informação; ◆ Instituições Juvenis informadas sobre os instrumentos Juridico-institucionais. ◆ Seminário de informação realizados, por tipo de participantes;

		dessiminação da Lei da Juventude e da Política do Estado para a Juventude durante a vigência do PE em todo o território nacional.	Meios de Verificação: <ul style="list-style-type: none"> ◆ Relatórios; ◆ Documentos Juridico-Institucionais
- Institucionalizar encontros regulares de concertação política e técnica com a Comissão da Assembleia Nacional para as questões de juventude;	Agendados encontros regulares de concertação entre MINJUD e a Comissão da AN para as questões de juventude	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Número de encontro agendados; ◆ Número de encontros realizados; ◆ Número e tipo dos documentos propostos pelo Executivo e por outros actores envolvidos e interessados na problemática de juventude submetidos a apreciação da Comissão da Assembleia Nacional para as questões de juventude; 	- Modelos de recolha de dados sobre: <ul style="list-style-type: none"> ◆ Número de encontros entre MINJUD e a Comissão da AN; ◆ Número e tipo de documentos discutidos e aprovados Meios de verificação: <ul style="list-style-type: none"> Actas dos encontros; Documentos aprovados
- Propor (Ministério das Finanças) o aumento significativo do orçamento ao Conselho Nacional da Juventude;	Aumentado em 25-50% os fundos públicos de apoio ao CNJ, no decorrer da execução do PE	<ul style="list-style-type: none"> - Número de encontro com MINFIN; - Evolução do Orçamento do CNJ durante o período 2012-2017 	- Modelos de recolha de dados sobre: <ul style="list-style-type: none"> ◆ Número de encontros entre MINJUD e MINFIN; ◆ Orçamentos anuais do CNJ durante 2012-2017; Meios de verificação: <ul style="list-style-type: none"> Actas dos encontros com MINFIN; Orçamentos do CNJ.
- Revitalizar o Fundo de Apoio à juventude;	Existência de um Fundo de Apoio a Juventude (FAJ)	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Evolução do FAJ durante a vigência do PE; ◆ Número de projectos elaborados e implementados no âmbito do PE Financiados pelo Fundo de Apoio à Juventude. 	- Modelos de recolha de dados sobre: <ul style="list-style-type: none"> ◆ Tipo de Projectos financiados pelo FAJ; ◆ Tipo de Projectos financiados por outras fontes; Meios de verificação: <ul style="list-style-type: none"> Orçamentos dos projectos
- Definir com o Ministério do Urbanismo e da Construção, uma linha de Fundo de Fomento Habitacional para habitação social de jovens;	Existência de um Fundo de Fomento Habitacional (FFH) à disposição do MINJUD	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Evolução do FFH durante a vigência do PE; ◆ Número de projectos de habitação social propostos pelo MINJUD; ◆ Número de projectos de habitação social financiados pelo FFH; 	- Modelos de recolha de dados sobre: <ul style="list-style-type: none"> ◆ Projectos habitacionais, por área geográfica (Prov, Mun, Comunas Urbans/Rurais); ◆ Critérios de atribuição de

		<ul style="list-style-type: none"> ◆ Número de Jovens beneficiários de habitação social, por sexo, idade e categoria social; 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ habitação Social; ◆ Número e categoria de jovens a espera de habitação social; ◆ Número e categoria de jovens que beneficiaram de Habitação Social decorrer da execução do PE decorrer da execução do PE <p>Meios de verificação:</p> <ul style="list-style-type: none"> ◆ FFH e Relatórios financeiros sobre o FFH
- Estabelecer com os Banco Nacionais, acordos de parcerias visando a sua comparticipação financeira na execução de projectos sociais em prol da juventude;	Estabelecidos e implementados acordos bilaterais com o BPC, BCI, BAI Microfinanças e Banco Sol	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Número de projectos formulados no âmbito das parcerias estabelecidas com os Bancos; ◆ Número de projectos implementados no âmbito das parcerias com os bancos ao longo do período de execução do PE; ◆ Número e categoria de beneficiários 	<p>- Modelos de recolha de dados sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> ◆ Tipo de projectos sociais; ◆ Beneficiários por área geográfica e categoria de beneficiários <p>Meios de verificação:</p> <ul style="list-style-type: none"> ◆ TDR dos projectos; ◆ Relatórios; ◆ Acordos estabelecidos
- Advogar a aprovação da Lei de Mecenato;	Aprovado e aplicado o Regulamento da Lei de Mecenato	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Número de projectos implementados no âmbito da Lei de Mecenato ao longo do período de execução do PE; ◆ Número e categoria de beneficiários 	<p>- Modelos de recolha de dados sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> ◆ Tipo de projectos sociais; ◆ Beneficiários por área geográfica e categoria de beneficiários <p>Meios de verificação:</p> <p>TDR dos projectos; Relatórios e Acordos estabelecidos</p>
- Adotar o princípio da transversalidade dos temas VIH e SIDA, SSR, Educação Ambiental e Género em todas as acções promovidas pelo Sector.	Desenvolvidas sinergias entre os diferentes órgãos do sector na promoção e abordagem de temas sobre o VIH e SIDA, SSR, Educação Ambiental e Género em todas as acções promovidas pelo MINJUD, no âmbito do PE.	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Órgãos do MINJUD e Delegações Provinciais que têm nas suas agendas acções de VIH e SIDA, SSR, Educação Ambiental e Género; ◆ Número de trabalhadores do MINJUD e Delegações Provinciais envolvidos em acções de VIH/SIDA, SSR, Educação Ambiental e Género. 	<p>- Modelos de recolha de dados sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> ◆ Trabalhadores envolvidos segundo o órgão a que pertencem. <p>Meios de verificação:</p> <ul style="list-style-type: none"> ◆ Relatórios; ◆ Planos Operacionais do Sector

Meta: Contribuir fortemente para a redução do número de Jovens, dos 15 ao 35 anos, no meio urbano e rural, em situação de precariedade para o seu desenvolvimento saudável, tais como: serem pessoas com necessidades especiais, desempregados ou subempregados, fora do sistema de ensino, com comportamentos nocivos face as ITS's/VIH e SIDA e SSR, por viverem na rua, abandonados pelos seus pais, em conflitos com a Lei e pelo consumo abusivo de substâncias, entre outros. As questões de género constituem o princípio que norteia todas as acções definidas no PE.

Objectivo 3 – Cidadania e Participação Juvenil: Até 2017, consolidado o associativismo juvenil, através do reforço da capacidade do CNJ e do aumento do número de Associações Juvenis capazes de contribuir para o desenvolvimento das comunidades em áreas tão distintas como o apoio social, o ambiente, a cultura, o lazer, a saúde preventiva e o desporto.

Actividades	Resultados Esperados	Indicadores	Sistemas de M&A e Meios de Verificação
<p>3-1. Reforçar a capacidade institucional do Conselho Nacional da Juventude;</p> <p>3-2. Promover a participação Juvenil e a informação sobre dinâmicas juvenis;</p> <p>3-3. Criar canais para divulgação de informação diversa sobre actividades do Conselho Nacional da Juventude e Associações afiliadas;</p> <p>3-4. Fomentar parcerias entre as diversas instituições;</p> <p>3-5. Fomentar troca de experiências intergeracionais no meio rural e urbano;</p> <p>3-6. Fomentar a Interculturalidade (consciencializar os jovens para a diversidade de etnias e culturas e dinamizar o intercâmbio cultural e a promoção da cooperação com jovens de outros países);</p> <p>3-7. Fomentar e apoiar o Voluntariado;</p> <p>3-8. Garantir o funcionamento e sustentabilidade das Casas da Juventude e Centros Comunitários;</p> <p>3-9. Promover campanhas de mobilização social para aderência dos adolescentes e jovens à projectos de combate ao VIH e SIDA e SSR, no âmbito da cidadania e participação juvenil.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ◆ CNJ reconhecido como um canal que possibilite a juventude ser vista e ouvida por outros sectores da sociedade; ◆ Disseminados valores de participação, voluntariado e diálogo juvenil; ◆ Estimulada a troca de experiências intergeracionais no meio rural e urbano; ◆ Criados e aprovados os Regulamentos de Funcionamento das Casas da Juventude e Centros Comunitários da Juventude; ◆ Implementadas acções e abordagens integradas sobre a mobilização e adesão social dos adolescentes e jovens no combate ao VIH e SIDA e SSR, no âmbito da cidadania e participação juvenil 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Evolução do # de Associações Juvenis afiliadas ao CNJ; ◆ Evolução do Orçamento do CNJ durante a execução do PE; ◆ # Actividades de informação e disseminação de informação sobre o Associativismo Juvenil; ◆ Numero de parcerias estabelecidas entre o CNJ, Associações Juvenis e outros sectores da vida pública; ◆ # Associações Juvenis que intervêm no meio rural; ◆ # Actividades sobre VIH e SIDA e SSR, realizadas no âmbito da cidadania e participação juvenil; ◆ Evolução do # de jovens que frequentam as Casas e Centros Comunitários da Juventude 	<p>- Modelos de recolha de dados sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> ◆ Associações afiliadas ao CNJ, por área geográfica; ◆ Actividades do CNJ, por tipo de actividades; ◆ Parcerias estabelecidas; ◆ Fluxo de utentes nas Casas e Centros Juvenis, por área geográfica, idade e sexo. <p>Meios de verificação:</p> <ul style="list-style-type: none"> ◆ Relatórios; ◆ Planos Operacionais do CNJ; ◆ Acordos de parceria; ◆ Orçamentos anuais do CNJ; ◆ Regulamento das Casas e Centros Comunitários da Juventude

Meta: Contribuir fortemente para a redução do número de Jovens, dos 15 ao 35 anos, no meio urbano e rural, em situação de precariedade para o seu desenvolvimento saudável, tais como: serem pessoas com necessidades especiais, desempregados ou subempregados, fora do sistema de ensino, com comportamentos nocivos face as ITS's/VIH e SIDA e SSR, por viverem na rua, abandonados pelos seus pais, em conflitos com a Lei e pelo consumo abusivo de substâncias, entre outros. As questões de género constituem o princípio que norteia todas as acções definidas no PE.

Objectivo 4 – Desenvolvimento de habilidades para a vida: Até 2017, reforçada a capacidade de desenvolvimento de habilidades para a vida entre os Jovens beneficiários das acções no âmbito do PE 2012-2017, através da implementação de projectos integrados que promovem o acesso ao emprego, habitação, educação e ensino, desporto e lazeres e a mudança de comportamento em relação ao VIH e SIDA, Saúde Sexual e Reprodutiva e Ambiente.

Áreas Temáticas / Actividades	Resultados Esperados	Indicadores	Sistemas de M&A e Meios de Verificação
4-1. Emprego, Empreendedorismo e Formação			
1. Criar oportunidades para empreendedorismo jovem; 2. Promover o acesso ao mercado de trabalho; 3. Promover a abertura de centros de formação profissionais; 4. Advogar a implementação da Lei do primeiro Emprego; 5. Continuar e melhorar a implementação dos projectos específico de auto-emprego; 6. Apoiar os Jovens criadores e fazedores de artes.	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Alargado o apoio as iniciativas e projectos dos jovens voltados para o empreendedorismo, através do crédito jovem e/ou kits profissionais; ◆ Reforçada e efectivada a advocacia para a o financiamento de projectos dos jovens no âmbito do Programa de micro, pequenas e médias empresas, tutelado pelo Ministério da economia; ◆ Assinado o protocolo de parceria em matéria de sensibilização e mobilização dos jovens aos Centros de Formação Profissional com o MAPESS, no decorrer da implementação do PE; ◆ Distribuídos em todo o país Kits Profissionais para o auto-emprego, em parceria com MAPESS e outros sectores envolvidos e interessados em juventude; ◆ Realizadas Feiras, Amostras e outras actividades de arte e cultura sob a promoção de Associações juvenis voltadas para a tematica. 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ # Projectos de empreendedorismos formulados e implementados; ◆ Evolução anual do crédito joven; ◆ # beneficiários do crédito joven; ◆ # anual jovens inseridos em projectos de micro, pequena e médias empresas, por área geográfica, categoria de beneficiários, idade e sexo; ◆ Evolução anual do # de jovens beneficiários de formação profissional, por categoria de joven, área geográfica, idade e sexo; ◆ Evolução anual do # de kits profissionais distribuídos por categoria de joven, área geográfica, idade e sexo; ◆ # jovens criadores e fazedores de artes apoiados pelo MINJUD e CNJ. 	<p>Modelos de recolha de dados sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> ◆ Projectos de empreendedorismos, por área geográfica; ◆ Crédito Joven, por área geográfica, categoria de beneficiários, idade e sexo; ◆ Formação profissional, por área geográfica, idade, sexo e categoria de beneficiários; ◆ Kits profissionais, por área geográfica, idade, sexo e categoria de beneficiários; ◆ # feiras realizadas e participantes, por área geográfica, idade, sexo e categoria de beneficiários. <p>Meios de verificação:</p> <ul style="list-style-type: none"> ◆ TDR dos projectos e orçamentos; ◆ Relatórios; ◆ Acordos de parceria; ◆ Curriculum das formações; ◆ Diplomas

Meta: Contribuir fortemente para a redução do número de Jovens, dos 15 ao 35 anos, no meio urbano e rural, em situação de precariedade para o seu desenvolvimento saudável, tais como: serem pessoas com necessidades especiais, desempregados ou subempregados, fora do sistema de ensino, com comportamentos nocivos face as ITS's/VIH e SIDA e SSR, por viverem na rua, abandonados pelos seus pais, em conflitos com a Lei e pelo consumo abusivo de substâncias, entre outros. As questões de género constituem o princípio que norteia todas as acções definidas no PE.

Objectivo 4 – Desenvolvimento de habilidades para a vida: Até 2017, reforçada a capacidade de desenvolvimento de habilidades para a vida entre os Adolescentes e Jovens beneficiários das acções no âmbito do PE 2012-2017, através da implementação de projectos integrados que promovem o acesso ao emprego, desporto, cultura e lazeres, habitação, educação e ensino, e a mudança de comportamento em relação ao VIH e SIDA, Saúde Sexual e Reprodutiva e Ambiente.

Áreas Temáticas / Actividades	Resultados Esperados	Indicadores	Sistemas de M&A e Meios de Verificação
4-2: Desporto, Cultura e Lazer			
<p>1. Fomentar parcerias com instituições públicas, privadas e Organizações da Sociedade Civil para o desenvolvimento de acções de carácter cultural, desportivo e recreativo;</p> <p>2. Utilizar as novas tecnologias de informação para acesso à cultura, desporto e lazer;</p> <p>3. Promover o associativismo desportivo;</p> <p>4. Conceber e implementar projectos específicos de ocupação dos tempos livres (ex: Despontar);</p> <p>5. Promover campanhas de mobilização social para aderência dos jovens a projectos de combate ao VIH e SIDA e SSR, no âmbito do desporto, cultura e lazer.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Assinados protocolos de parcerias estratégicas com todos os departamentos Ministeriais no quadro da implementação de acções culturais, desportivas e recreativas; ◆ Formulados ou reformulados Projectos de carácter cultural, desportivos, recreativo, lazer e tempos livres (ex: Despontar); ◆ Revitalizados os projectos JIRO e VIH e SIDA e os Jovens nos tempos livres. 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ # de acordos com instituições parceiras; ◆ # de acordos implementados na temática desportos, cultura e lazeres; ◆ # médio anual de beneficiários dos projectos, por área geográfica, categoria de beneficiários e sexo. 	<p>Modelos de recolha de dados sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> ◆ Tipo de parcerias estabelecidas, por instituição; ◆ # médio anual de actividades implementadas em parceria; ◆ # médio anual de beneficiários abrangidos, por área geográfica, categoria de beneficiários, idade e sexo; <p>Meios de verificação:</p> <ul style="list-style-type: none"> ◆ TDR dos projectos e orçamentos; ◆ Relatórios; ◆ Acordos de parceria

Meta: Contribuir fortemente para a redução do número de Jovens, dos 15 ao 35 anos, no meio urbano e rural, em situação de precariedade para o seu desenvolvimento saudável, tais como: serem pessoas com necessidades especiais, desempregados ou subempregados, fora do sistema de ensino, com comportamentos nocivos face as ITS's/VIH e SIDA e SSR, por viverem na rua, abandonados pelos seus pais, em conflitos com a Lei e pelo consumo abusivo de substâncias, entre outros. As questões de género constituem o princípio que norteia todas as acções definidas no PE.

Objectivo 4 – Desenvolvimento de habilidades para a vida: Até 2017, reforçada a capacidade de desenvolvimento de habilidades para a vida entre os Adolescentes e Jovens beneficiários das acções no âmbito do PE 2012-2017, através da implementação de projectos integrados que promovem o acesso ao emprego, desporto, cultura e lazeres, habitação, educação e ensino, e a mudança de comportamento em relação ao VIH e SIDA, Saúde Sexual e Reprodutiva e Ambiente.

Áreas Temáticas / Actividades	Resultados Esperados	Indicadores	Sistemas de M&A e Meios de Verificação
4-3: Desenvolvimento urbano e ambiental			
<p>1. Criar oportunidades de acesso à habitação (Informar, Fomentar parcerias, Agilizar e desburocratizar);</p> <p>2. Promover uma cultura de utilização dos espaços existentes para a realização de multi-actividades, valorizando espaços abertos com potencialidade para acolhimento de eventos;</p> <p>3. Desenvolver actividades inovadoras baseadas nas características ambientais, sensibilizando os jovens para as questões ambientais;</p> <p>4. Promover o mecenato;</p> <p>5. Fomentar a utilização de equipamentos desportivos voltados para a natureza.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Assinado protocolo de cooperação com o Ministério da Construção e Urbanismo; ◆ Aumentado o # casas sociais para a juventude, no âmbito da parceria com o Ministério da Construção e Urbanismo; ◆ Aumentado o acesso a informação, o acesso a habitação e auto-construção dirigida, com base em quotas previamente discutidas e acordadas no âmbito do programa nacional de habitação; ◆ Divulgada a lei do Mecenato junto dos principais beneficiários e potenciais implementadores; ◆ Aumentado o # de Associações juvenis vocacionadas para a preservação do ambiente, no âmbito do desenvolvimento ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Evolução do # de casas sociais construídas; ◆ Evolução do # de Jovens beneficiários de casas sociais, por área geográfica, categoria de beneficiários e sexo; ◆ # de projectos ambientais formulados e implementados no âmbito da Lei de Mecenato; ◆ # anual de Associações Juvenis envolvidas em acções de preservação do ambiente 	<p>Modelos de recolha de dados sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> ◆ # médio anual de casas distribuídas, por área geográfica e categoria de beneficiários; ◆ # médio anual de actividades ambientais implementadas no âmbito da Lei de Mecenato; ◆ # médio de Associações Juvenis envolvidas em actividades ambientais; <p>Meios de verificação:</p> <ul style="list-style-type: none"> ◆ TDR dos projectos e orçamentos; ◆ Relatórios; ◆ Acordos de parceria; ◆ Contratos de Casa

Meta: Contribuir fortemente para a redução do número de Jovens, dos 15 ao 35 anos, no meio urbano e rural, em situação de precariedade para o seu desenvolvimento saudável, tais como: serem pessoas com necessidades especiais, desempregados ou subempregados, fora do sistema de ensino, com comportamentos nocivos face as ITS's/VIH e SIDA e SSR, por viverem na rua, abandonados pelos seus pais, em conflitos com a Lei e pelo consumo abusivo de substâncias, entre outros. As questões de género constituem o princípio que norteia todas as acções definidas no PE.

Objectivo 4 – Desenvolvimento de habilidades para a vida: Até 2017, reforçada a capacidade de desenvolvimento de habilidades para a vida entre os Adolescentes e Jovens beneficiários das acções no âmbito do PE 2012-2017, através da implementação de projectos integrados que promovem o acesso ao emprego, desporto, cultura e lazeres, habitação, educação e ensino, e a mudança de comportamento em relação ao VIH e SIDA, Saúde Sexual e Reprodutiva e Ambiente

Áreas Temáticas / Actividades	Resultados Esperados	Indicadores	Sistemas de M&A e Meios de Verificação
4-4: Educação e Ensino:			
<p>1. Advocacia junto do INAB e outras instituições afins, visando o aumento de bolsas de estudo para jovens estudantes (15-24 anos) com dificuldades de continuar a estudar;</p> <p>2. Advocacia junto de instituições afins para a inserção de adolescentes e jovens fora do sistema formal de ensino;</p> <p>3. Advocacia junto do MED para a inclusão nos currículos escolar de temáticas que reforçam as habilidades necessárias para a construção de uma vida saudável para o jovem, tais como: Direitos sexuais e reprodutivos, Vivência da sexualidade com responsabilidade e segurança, Acesso à serviços de SSR, Igualdade de género, Empoderamento da menina, Violência baseada no género, IEC/VIH e SIDA, Aproveitamento das ZIP (Zonas de Influência Pedagógicas) para o benefício da população escolar;</p> <p>4. Treinamento de professores nestas temáticas;</p> <p>6. Advogar a abordagem da educação de pares entre professores e entre alunos para o bem-estar da população escolar. .</p>	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Assinados acordos com o INAB e outros parceiros para a implementação de acções viradas para o aumento do número de bolsas de estudo para jovens dos 15 aos 24 anos , em todo o país, com realce para os mais carenciados; ◆ Assinado um protocolo de trabalho com o MED/Ensino Superior, em materia da promoção e atribuição de bolsas de estudo para jovens e de inserção de adolescentes e jovens carenciados no sistema nacional de ensino; ◆ MED sensibilizado para a inclusão no currículo escolar de temáticas para o desenvolvimento de habilidades para vida da população escolar; ◆ Estabelecidos protocolos entre o MED e o MINSa para o treinamento de professores nas temáticas VIH e SIDA, SSR, Género; ◆ Aumentado o # de professores treinados nestas temáticas; ◆ Existência de Educadores de Pares na comunidade escolar. 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ # médio anual de solicitações para bolsas de estudo efectuadas pelo MINJUD; ◆ # médio anual de solicitações atendidas pelo INAB; ◆ # médio anual de solicitações para a inserção de jovens dos 15-24 anos no sistema de ensino efectuadas pelo MINJUD; ◆ # médio anual de solicitações atendidas pelo MED e OSC para a inserção de adolescentes e jovens no sistema de ensino; ◆ # de debates formais realizados pela Comissão Inter-Ministerial para a Juventude para a inclusão de temáticas para o desenvolvimento de habilidades para vida da população escolar; ◆ # médio anual de professores treinados nas temáticas VIH e SIDA, SSR, Género, etc... 	<p>Modelos de recolha de dados, segundo área geográfica, idade e sexo sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> ◆ # anual de solicitações para bolsas de estudo efectuadas pelo MINJUD; ◆ # anual de solicitações atendidas pelo INAB; ◆ # anual de solicitações para a inserção de jovens dos 15-24 anos no sistema de ensino efectuadas pelo MINJUD; ◆ # anual de solicitações atendidas pelo MED e OSC para a inserção de adolescentes e jovens no sistema de ensino; ◆ # anual de professores treinados nas temáticas para o desenvolvimento de habilidades para vida da população escolar. <p>Meios de verificação: Acordos, Currículo, Relatórios</p>

Meta: Contribuir fortemente para a redução do número de Jovens, dos 15 ao 35 anos, no meio urbano e rural, em situação de precariedade para o seu desenvolvimento saudável, tais como: serem pessoas com necessidades especiais, desempregados ou subempregados, fora do sistema de ensino, com comportamentos nocivos face as ITS's/VIH e SIDA e SSR, por viverem na rua, abandonados pelos seus pais, em conflitos com a Lei e pelo consumo abusivo de substâncias, entre outros. As questões de género constituem o princípio que norteia todas as acções definidas no PE.

Objectivo 4 – Desenvolvimento de habilidades para a vida: Até 2017, reforçada a capacidade de desenvolvimento de habilidades para a vida entre os Adolescentes e Jovens beneficiários das acções no âmbito do PE 2012-2017, através da implementação de projectos integrados que promovem o acesso ao emprego, desporto, cultura e lazeres, habitação, educação e ensino, e a mudança de comportamento em relação ao VIH e SIDA, Saúde Sexual e Reprodutiva e Ambiente.

Áreas Temáticas / Actividades	Resultados Esperados	Indicadores	Sistemas de M&A e Meios de Verificação
4-5: VIH e Sida, Saúde Sexual e Reprodutiva e Violência Juvenil:			
<p>1. Aumento do Acesso ao Conhecimento:</p> <p>1-1. Definir abordagens de mobilização social, de acordo com os alvos/receptores;</p> <p>1-2. Realizar programas de Educação, Informação e Comunicação sobre sexualidade, ITS's/VIH e SIDA, através da rádio, TV, teatro comunitário, debates de grupos e jogos;</p> <p>1-3. Promover a Educação de Pares;</p> <p>1-4. Produzir, reproduzir e distribuir material de IEC</p>	<p>◆ Até final de 2017, 50% dos Jovens dos 15-35 anos, beneficiários das acções no âmbito do PE, conhecem todas as formas de transmissão e prevenção das ITS's/VIH e SIDA.</p>	<p>◆ # médio anual de jovens que participam nos programas de educação, informação e comunicação sobre sexualidade, ITS's/VIH e SIDA;</p> <p>◆ # médio anual de debates sobre sexualidade, ITS's/VIH e SIDA;</p> <p>◆ # médio anual de actividades CIP;</p> <p>◆ # médio anual de jovens Educadores de Pares;</p> <p>◆ # de jovens abrangidos pelo estudo CAP, capazes de identificar todas as formas de transmissão e prevenção das ITS's/VIH e SIDA;</p> <p>◆ # de jovens que rejeitam todas os tabus sobre transmissão das ITS's/VIH e SIDA</p>	<p>Sistema de recolha de dados (recolha sistemática e consolidação trimestral) sobre:</p> <p>◆ Participantes aos programas de IEC, por área geográfica, idade, categoria de jovens e sexo;</p> <p>◆ Debates realizados, por área geográfica e temas abordados;</p> <p>◆ Actividades CIP, por área geográfica e temas abordados.</p> <p>2 Estudos CAP</p>

<p>2. Redução da Vulnerabilidade face as ITS's/VIH:</p> <p>2-1. Desenvolver habilidades para a vida no seio dos jovens, no domínio económico, social, educacional, cultural, desportivo e associativo;</p> <p>2-2. Promover programas de educação para jovens meninas;</p> <p>2-3. Promover campanhas de comunicação para a mudança de comportamento;</p> <p>2-4. Implementar acções de combate ao estigma e discriminação, alcoolismo e violência</p>	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Até 2017, reduzido a 50%, o número de jovens dos 15-35 anos em situação de vulnerabilidade face as ITS's/VIH, por beneficiarem de acções de integração socio económica, educacional, cultural e desportivas; ◆ Até 2017, 50% dos jovens dos 15-35 anos têm capacidades para evitar infecção por ITS's/VIH e SIDA. 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Evolução do # de jovens beneficiários de acções de integração socio económica, educacional, cultural e desportivas; ◆ % dos jovens atingidos pelo estudo CAP; ◆ % dos jovens atingidos pelo estudo CAP que declararam saber evitar as infecções por ITS's/VIH; ◆ % dos jovens atingidos pelo estudo CAP que mudaram o seu comportamento face as ITS's/VIH. 	<p>Estudo CAP</p>
<p>3. Acesso ao preservativo:</p> <p>3-1. Contribuir para assegurar a disponibilidade de preservativo (desenvolvimento de um plano de aprovisionamento e gestão em parceria com INLS).</p> <p>3-2. Realizar campanhas de educação sobre o uso correcto do preservativo;</p> <p>3-3. Realizar campanhas de sensibilização para a adesão e uso correcto de preservativos.</p>	<p>Nos últimos 12 meses, 50% dos jovens homens e mulheres dos 15-35 anos atingidos pelo estudo CAP que declararam ter mais de um parceiro sexual, declararam ter usado o preservativo na última relação sexual.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ◆ % dos jovens atingidos pelo estudo CAP; ◆ % de jovens atingidos pelo estudo CAP que declararam ter mais de um parceiro; ◆ % dos jovens da categoria anterior que declararam ter usado o preservativo na última relação sexual. 	<p>Estudo CAP</p>

<p>4. Aconselhamento e Testagem: 4-1. Expandir e melhorar a qualidade dos serviços de AT oferecidos nas Instituições Juvenis (Casas e Centros Comunitários da Juventude); 4-2. Promover a formação de Conselheiros e activistas nas instituições juvenis; 4-3. Melhorar o aconselhamento pré e pós teste; 4-4. Apoiar as campanhas nacionais de adesão ao teste do VIH; 4-5. Estabelecer em parceria com Instituições vocacionadas, serviços móveis de AT; 4-6. Estabelecer um sistema de referência dos casos VIH + para os serviços do programa da SIDA/PTV (US,GAMs).</p>	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Nos últimos 12 meses, 25% dos jovens atingidos pelo estudo CAP declararam conhecer o seu estado serológico; ◆ Estabelecido um acordo entre MINJUD e o Programa da SIDA/PTV para os casos de VIH+. 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ % dos jovens atingidos pelo estudo CAP; ◆ % dos jovens que declaram ter feito pelo menos um teste do VIH; ◆ % dos jovens que declaram ter recebido o resultado do teste. 	<p>Estudo CAP</p>
<p>5. Advocacia: 5-1. Divulgação da Lei do VIH e SIDA 5-2. Estabelecimento de parcerias com Associações de PVVS 5-3. Actividades CIP e de Grupo em parceria com Associações de PVVS</p>	<ul style="list-style-type: none"> ◆ 50% dos jovens abrangidos pelo estudo CAP declaram conhecer a Lei do VIH e SIDA; ◆ 50% dos jovens abrangidos pelo estudo CAP rejeitam todas as formas de estigma e discriminação das PVVS; ◆ 25% dos jovens abrangidos pelo estudo CAP declaram participar na divulgação da Lei do VIH e SIDA e nas campanhas de luta contra o estigma e a discriminação na suas comunidades 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ % dos jovens atingidos pelo estudo CAP; ◆ % dos jovens que declaram conhecer a lei do VIH e SIDA; ◆ % dos jovens que declaram estar envolvidos nas campanhas de luta contra o estigma e a discriminação 	<p>Estudo CAP, vertente estigma e discriminação</p>

<p>6. Género e Saúde Sexual e Reprodutiva</p> <p>6-1. Serviços de saúde reprodutiva amigos dos jovens;</p> <p>6-2. Educadores de Pares;</p> <p>6-3. Transversalidade: Género/Saúde Reprodutiva e VIH/SIDA;</p> <p>6-4. Prevenção da violência baseada no género (VBG);</p> <p>6-5. Envolvimento dos jovens, advocacia com Pais e Decisores;</p> <p>6-6. Informação porta-porta;</p> <p>6-7. Sensibilização de acordo com as categorias de alvo (manicuros, pedicuros, cobradores de táxi)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Extendido em 15 províncias o Programa SSR; ◆ Melhorada a capacidade do Sector e Parceiros para advocacia e implementação de abordagens sensíveis ao género; ◆ Aumentado o nível de conhecimentos para mudança de comportamento em relação à Saúde Sexual e Reprodutiva, ou seja: retardamento no início da relação sexual, redução de gravidezes não desejadas, dos abortos inseguros e da Violência Baseada no Género; ◆ Aumentado o acesso dos jovens aos Serviços de Saúde Sexual e Reprodutiva, incluindo cuidados obstétricos de emergência; ◆ Reforçado o empoderamento da menina e jovem mulher para uma ampla participação económica e social; ◆ Reforçada a capacidade de participação dos jovens de ambos os sexos, nas questões de SSR e Género; ◆ Melhorada a capacidade de atendimento dos casos de Violência nos Serviços de Saúde. 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Evolução do # de Províncias abrangidas pelo programa de SSR durante a execução do PE; ◆ # médio anual de actividades sobre SSR, Género e Violência, por categoria de jovem e áreas geográficas ◆ Evolução do # de jovens com mudança de comportamento em relação a SSR; ◆ Fluxo anual do acesso dos jovens aos SSR; ◆ Evolução da Idade mínima da primeira relação sexual, no início e no fim da implementação do PE, por sexo e área geográfica ◆ Evolução do número de jovens mulheres envolvidas em actividades económicas e sociais (empreendedorismo, Associações Juvenis, Activistas, etc..) ◆ Evolução do # de gravidezes indesejadas registadas nos Serviços de Saúde Sexual e Reprodutivas; 	<p>Sistema de recolha de dados (recolha sistemática e consolidação trimestral) sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> ◆ Actividades de SSR, por idade, sexo e área geográfica; ◆ Jovens mulheres envolvidas em actividades económicas e social; ◆ Frequência aos Centros de Saúde Sexual e Reprodutiva; ◆ Gravidezes indesejadas e abortos inseguros registados ao longo do período 2012-2017; Taxa de crescimento; ◆ Casos de violência registados ao longo do período 2012-2017; Taxa de crescimento anual; <p>2 Estudos CAP:</p> <ul style="list-style-type: none"> ◆ Início da relação sexual, por sexo e área geográfica; ◆ Comportamentos em relação a SSR; ◆ Idade da primeira gravidez. <p>Meios de verificação:</p> <ul style="list-style-type: none"> ◆ Estudos CAP ◆ Sistema M&A; ◆ Relatórios produzidos
--	---	--	---

<p>7. M&A: Estabelecer um sistema de recolha sistemática, análise periódica e uso da informação sobre saúde sexual e reprodutiva, Género, ITS's/VIH e SIDA, desagregado segundo a idade, sexo e área geográfica que garante a implementação dos indicadores definidos e por conseguinte, a monitoria dos resultados esperados.</p>	<p>◆ Existência no Sector, de um sistema de M&A integrado no Sistema do INLS</p>	<p>◆ # de Parceiros de implementação que fazem uso do sistema de M&A; ◆ # e periodicidade de relatórios elaborados com base no sistema estabelecido; ◆ # de relatórios enviados regularmente ao INLS; ◆ # de relatórios enviados pelo INLS (feed back)</p>	<p>◆ Características do Sistema de M&A (tipo de modelos de recolha e consolidação de dados, periodicidade); Meios de verificação: ◆ Relatório; ◆ Base de dados</p>
---	--	---	--